



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 011/012

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 011****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Ofícios.....	03
Indicações .....	04
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei .....	16
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Cida Borghetti .....	21
Dep. José Domingos Scarpellini .....	21
Dep. Barbosa Beto .....	24
Dep. Tadeu Veneri.....	24
Dep. André Vargas .....	27
Dep. Cleiton Kielse.....	27
<b>Grande Expediente:</b>	
<b>Dia Internacional da Mulher</b>	
Dep. Elza Correia.....	35
Dra. Silvia Pimentel .....	37
Sra. Adriane Muller .....	38
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri .....	25
Liderança do PMDB	
Dep. Cleiton Kielse .....	34
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	39
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	40
2ª Discussão .....	40
1ª Discussão .....	40
Requerimentos .....	44
<b>Encerramento da Sessão.....</b>	<b>44</b>

**DIÁRIO Nº 012****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>45</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>45</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>45</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos.....	45
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	45
Discussão / Votação:	
Discussão Única (Proposições)..	46
Requerimentos .....	49
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>49</b>

**DIÁRIO 011****008ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
08 DE MARÇO DE 2006**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,  
secretariado pelos Srs. Deputados Neivo Beraldin e Bar-  
bosa Neto.

## **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (39). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ângelo Vanhoni, Durval Amaral, Hermes Fonseca, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior e Renato Gaúcho (13); e em viagem representativa os Srs. Deputados Pastor Edson Praczyk e a Sra. Deputada Luciana Rafagnin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme artigo 88, parágrafo 1º do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## **Expediente:**

### **Ofícios**

Sob nº 2160/05/GS, do Sr. Cláudio Xavier, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que pede esclarecimentos sobre o motivo para o não cumprimento da Lei nº 13.674 de 09 de julho de 2002. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob nº 681/05-SEMA/GS, do Sr. Luiz Eduardo Cheida, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclare-

cimentos a respeito das obras programadas e ações, realizadas nos municípios do litoral do Paraná. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob nº 2994/05/GAB, do Sr. Luiz Eduardo Trigo Roncaglio, Subprocurador-Geral da Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado José Domingos Scarpellini, que pede esclarecimentos sobre representação encaminhada pelo Ministério Público sobre irregularidades na Secretaria de Estado da Comunicação Social. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob nº 201/05-DG, do Sr. Galdino Alves Júnior, Diretor Geral em exercício da Secretaria de Estado de Obras Públicas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Augustinho Zucchi, que pede esclarecimentos em relação ao reinício das obras no Educandário de Santa Felicidade, nesta capital, as quais foram paralisadas. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob nº 1035/05-GS, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre o novo acesso à ponte de Guaíra e o atendimento das reivindicações objeto de requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Guaíra. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob nº 1030/05-GS, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado José Domingos Scarpellini, que pede esclarecimentos sobre a liberação de contêineres pela Appa, apreendidos pela Polícia Federal. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob nº 0083/06, do Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor-Presidente da Sanepar, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado André Vargas, que pede esclarecimentos sobre o processo de concorrência internacional 118 e 1086 de 2005 - Paranasan. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob nº 051/06 SEMA/GS, da Sra. Deise Malaguido Ponich, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em exercício em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que pede informações sobre o parque público de lazer em Almirante Tamandaré. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob nº 136/06, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre as verbas destinadas à Comunicação Social pelos órgãos da admi-

nistração pública direta. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 002/06

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração e da Previdência, e Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Deputado Nereu Moura dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

O artigo 1º do Decreto 5303, de 02 de fevereiro de 2002, deve incluir entre os beneficiários do SAS - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores, os funcionários públicos ocupantes de cargos em comissão, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, o Departamento de Assistência à Saúde - DAS, com a atribuição de gerir o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Cíveis Efetivos, Comissionados e Militares, Ativos, Aposentados, da Reserva Remunerada, reformados e seus Dependentes, bem como os Pensionistas do Estado do Paraná”.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) NEREU MOURA

### JUSTIFICATIVA:

O Sistema de Assistência à Saúde - SAS - atualmente tem por objetivo oferecer ações de saúde necessárias à recuperação e manutenção da saúde dos servidores públicos efetivos e militares do Estado do Paraná, bem como de seus dependentes, na forma do artigo 1º de seu regulamento.

As ações de saúde, referidas no *caput* do referido artigo, são prestadas por unidades hospitalares ou suas mantenedoras, especialmente contratadas para esse fim, correspondendo à: a) assistência ambulatorial, incluindo consultas médicas de todas as especialidades, exames complementares, terapias e tratamentos; e b) assistência hospitalar, incluindo internações clínicas e cirúrgicas, em todas as especialidades, com cobertura obstétrica.

Assim sendo, dada a importância do SAS para o funcionamento do Estado, não se justifica a distinção entre os funcionários efetivos e comissionados, pelo menos no que tange ao direito à Saúde.

É reivindicação constante do subscritor, assim como do governo estadual, a melhoria nas condições de trabalho dos servidores públicos. E, no gênero, incluam-se a “espécie” servidores comissionados. Também, por parte dos funcionários comissionados, há reivindicação a fim de que os benefícios do SAS sejam a eles estendidos.

Sabe-se que os servidores públicos são guiados pelos princípios maiores, fundando sua atuação na moralidade, devendo enveredar-se pela preservação da honra e da tradição dos serviços públicos. Natural que, para tanto, sejam concedidos alguns benefícios inerentes aos direitos fundamentais.

Note-se que não há distinção no dever de atendimento de interesse público entre os funcionários comissionados ou efetivos. Logo, apresenta-se justo o pleito aqui trazido a V. Exas.

Por fim, ressalte-se que, diante da quantidade inferior de funcionários comissionados, o impacto orçamentário pode ser suportado pelo Estado, sendo que o benefício decorrente, certamente compensaria o esforço governamental.

### INDICAÇÃO Nº 003/06

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Hermas Brandão dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Atendendo solicitação ao Vereador José Antônio Colombo, solicitamos que a Sala da Diretoria ou a Sala dos Professores do Colégio Estadual Joaquim Maria Machado de Assis, do município de Santa Mariana, seja denominada Sala Professora Silvana Uzae de Souza.

A professora Silvana, muito querida por toda a comunidade, prestou relevantes serviços ao estabelecimento de ensino, diretora no período de 2002 a 2005. Veio a falecer no começo deste ano, vítima de câncer.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 334

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 566/05, item 05 da Ordem do Dia, por 02 sessões.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) MARCOS ISFER

### REQUERIMENTO Nº 301

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, autorização para ausentar-se dos trabalhos em plenário, no próximo dia 08 de março de 2006, e para participar, representando a Assembléia Legislativa do Paraná, de diversos eventos em municípios do Estado, para comemoração do dia 08 de março - Dia Internacional da Mulher.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

### REQUERIMENTO Nº 308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER, que seja disponibilizada a utiliza-

ção do Espaço Cultural da Assembléia Legislativa para a realização de Exposição da Galeria Schneider, tendo como responsável a Sra. Lígia Mara, (3029-2163) no período de 17 a 28 de abril de 2006, onde serão apresentadas e comercializadas obras de artistas renomados de vários estados brasileiros, bem como de muitos paranaenses ilustres.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 294

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 09 de março (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, o registro nos Anais da presente Sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 18 de fevereiro, do professor Osny Antônio Dacol, famoso professor de matemática, conhecido nacionalmente e eterno Diretor do Colégio Estadual do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

Professor admirável, conhecido nacionalmente por ser um dos ícones do ensino da matemática moderna. A carreira brilhante como professor foi obtida com competência e talento. Emérito Diretor do tradicional Colégio Estadual do Paraná durante 14 anos - 1969 a 1983. Profundo conhecedor da arte de bem ensinar, tanto é que seus alunos o referenciavam como Mestre.

Muitos de seus aprendizes tornaram-se representantes da sociedade paranaense. A habilidade do ensino da matemática só foi superada pela aptidão de se relacionar com as pessoas. Colaborador mais célebre da Fundação de Estudos Sociais do Paraná, Cidadão Honorário de Curitiba, de reconhecimento acadêmico comprovado. Seu segredo de vida: a simplicidade, apesar da sua genialidade e posição social.

A figura do ilustre professor Osny Dacol, deixamos exemplo da luta pela vida e saudades das aulas do Mestre. Será sempre lembrado não só como Mestre da matemática, mas também da vida!

Missão cumprida, possam os anjos velar-lhe o sono com cânticos de glória!

#### REQUERIMENTO Nº 288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 03 de março, do Sr. Clóvis Santos Machado, no município de Curitiba, Estado do Paraná.

O Sr. Clóvis Santos Machado, 77 anos, nasceu em Curitiba, no dia 05 de agosto de 1928. Casou-se com Olga Hargar Machado, no dia 25 de novembro de 1970, em Curitiba e tiveram oito filhos: Clóvis Roberto, Maria Teresa, Erli Rose, Mauro José, Rui José (*in memoriam*), Denise Bernadete, Rosemari e Josiane. Tiveram ainda 27 netos e 11 bisnetos.

Formou-se em Farmácia em 1950 pela Universidade Federal do Paraná, iniciando suas atividades como proprietário de farmácia no centro de São José dos Pinhais. Em 1956 mudou-se para Mandirituba, onde colocou o nome de Farmácia Mandirituba.

Quando Mandirituba passou de Distrito para Município, candidatou-se Vereador, sendo eleito o mais votado, ocupando a Presidência da Câmara Municipal. Na eleição seguinte foi reeleito, sendo o segundo mais votado.

Como Vereador, muito contribuiu com o desenvolvimento do município, sendo fundador da Vila Brasília, loteamento com mais de quarenta casas construídas. Durante o período de 1956 a 1966 exerceu a profissão de farmacêutico, sendo conhecido pelos moradores como Dr. Clóvis.

Em dezembro de 1968, voltou a São José dos Pinhais e fundou a Farmácia 8 de Janeiro, situada no centro da cidade, sendo a matriz de várias farmácias abertas em São José na época de 1968 a 1977, quando encerrou suas atividades de proprietário, assumindo somente a responsabilidade técnica de algumas farmácias.

Em 2002, Clóvis, sanjoseense de coração, retornou à cidade e por motivo de doença solicitou baixa do Conselho Regional de Farmácia, o que o deixou mais abalado por ausentar-se dos seus clientes e amigos.

Clóvis tinha grande conceito na região, onde prestou grande colaboração com seu conhecimento, dedicação, participação e convívio a vários municípios, principalmente a São José dos Pinhais e Mandirituba.

Pessoa muito querida por todos que o conheciam, deixou muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada nos endereços: Rua Almirante Tamandaré, 510 - bloco 3, ap. 26 - Vila Bordin - São José dos Pinhais - CEP 83020-150 e Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 946 - Centro - São José dos Pinhais - CEP 83005-350.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

# REQUERIMENTO Nº 296

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família do Sr. César Batista Colaço, que no dia 28 de fevereiro de 2006, deixou-nos.

O tempo não apaga a dor trazida por perda dessa magnitude. Fica uma grande lacuna em nossas vidas pela falta dos amigos queridos, pai carinhoso, marido atencioso, filhos amados, espaço que ninguém poderá ocupar. Só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto de toda família que ficará com eterna saudade.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências pela perda irreparável dos entes queridos.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) CLEITON KIELSE

# REQUERIMENTO Nº 300

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Heinrich, da cidade de Marechal Cândido Rondon - PR, pelo falecimento da Sra. Olga Heinrich, na sexta-feira passada.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta a sua solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de mãe, de amor à família, ao trabalho e à comunidade que a Sra. Olga Heinrich deixou para todos nós. Virtudes admiráveis e só vistas em pessoas muito especiais e abençoadas.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa do Sr. Sigismundo Heinrich, via correspondência a ser encaminhada à Rua Sergipe, 1010 - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) ELIO RUSCH

# REQUERIMENTO Nº 303

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ivone Maria Pinto, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua

memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 282

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, voto de congratulações à Presidente do Provopar Estadual, Lúcia Arruda, e sua valorosa equipe, pela organização e realização da exposição A Arte Popular Paranaense, que acontecerá na Praça de Eventos do Shopping Crystal Plaza, de 6 a 31 de março.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Provopar promove a exposição A Arte Popular Paranaense, com objetivo de reunir as diversas manifestações da cultura paranaense, em especial o artesanato.

Nesse evento a instituição fará a releitura da apresentação da entidade, realizada em Paris, durante as comemorações do Ano do Brasil na França, em 2005.

Esta mostra fará parte do roteiro oficial de visitas dos participantes da Conferência Mundial sobre Biodiversidade e Biossegurança, organizada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) que está acontecendo neste mês de março em Curitiba, reunindo cerca de quinze mil pessoas de mais de 180 países.

A exposição pretende fazer um resgate da cultura paranaense pelo artesão, que na maioria das vezes é um artista anônimo.

O estande do Provopar foi estrategicamente montado com oficinas de artesanato, onde poder-se-á ver o artesão trabalhando em suas peças e um balcão de informações, onde serão mostrados todos os programas desenvolvidos pela entidade, exatamente para chamar a atenção dos participantes da Conferência da Biodiversidade, que abrirá uma porta para futuros negócios dos artesãos paranaenses. Mais uma vez vale a frase de Tolstoi, para valorizar o Brasil e o nosso Paraná: "quem quer ser universal, canta sua aldeia".

Seja este requerimento encaminhado à Presidente do Provopar Estadual, Lúcia de Mello e Silva Arruda, Rua Dr. Muricy, 950 - Curitiba - CEP 80020-040.

# REQUERIMENTO Nº 286

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações ao jornalista Abdo Aref Kudri e toda sua equipe, pelos 43 anos do jornal Diário Popular, comemorado no último dia 5 de março.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Marcos Isfer.

**JUSTIFICATIVA:**

No domingo, 5 de março, o jornal Diário Popular comemorou 43 anos de bons serviços prestados aos paranaenses e a todos os brasileiros, sempre informando à população com eficácia, presteza e desenvolvendo um trabalho jornalístico de primeira grandeza, na ampla cobertura e divulgação séria, das matérias de interesse público e popular.

Nossos cumprimentos ao Diário Popular, jornal de importância para nosso Estado, que é diário e popular!

Seja este requerimento encaminhado ao jornalista Abdo Kudri, Rua XV de Novembro, 1190 - CEP 80060-000.

**REQUERIMENTO Nº 289**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Vereador do PMDB da cidade da Lapa, Sr. Vilmar Fávaro Purga, que irá receber, no dia 10 de março de 2006, pelo oitavo ano consecutivo, o prêmio de Vereador mais atuante no município da Lapa.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Vereador, para tomar conhecimento do conteúdo deste, que ficará gravado nos Anais do Poder Legislativo para a posteridade.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

É indeclinável dever honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo tem feito pelo município da Lapa. Grande é o júbilo que sentimos ao ver um filho daquela terra, após haver combatido um bom combate durante anos de porfiada luta na seara do poder público.

Este prêmio é um reconhecimento do povo a profissionais liberais, comerciantes e políticos que se destacam no seu trabalho, ou seja, recebem este prêmio os melhores da Lapa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, congratula-se efusivamente com o Vereador Vilmar Fávaro Purga.

**REQUERIMENTO Nº 290**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Diretoria da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, para o exercício de 2006.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. Presidente da referida Associação, para que receba e transmita a todos os companheiros da

Diretoria da AMSOP, votos sinceros e uma proveitosa administração.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

É para nós um dia de gala, este dia em que festejamos com a notícia da eleição e posse da Diretoria da AMSOP. É também indeclinável dever honrar aqueles que por mérito, fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém que por esforços tudo fazem por uma sociedade da qual são membros eminentes.

E, para que não sejamos acoimados e esquecidos, estamos aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para prestar-lhes esta homenagem que, embora não corresponda à magnitude e ao brilho de seus méritos, servirá, todavia, para deixar registrado à posteridade, nos Anais da Assembléia Legislativa.

Prefeito Vilmar Cordasso e seus companheiros de Diretoria da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, em V. Exa, depositamos nossa confiança, na certeza que haverão de levar ao bom termo a tarefa que lhes foi confiada.

**REQUERIMENTO Nº 299**

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de congratulações ao Sr. Francisco Menin, Prefeito Municipal de Santa Tereza do Oeste, por sua eleição e posse como Presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP, no último dia 17 de fevereiro, formulando angúrios de profícua gestão e de largo sucesso na presidência da entidade representativa dos municípios do Oeste do Paraná, votos que são integralmente extensivos aos demais Prefeitos municipais que compõem o novo quadro diretivo daquela associação, gestão 2006.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente desta, requer seja dado ciência da mesma, ao Sr. Prefeito Municipal Francisco Menin, à Rua Pernambuco, 1936 - CEP: 85.810-021 - Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) ELIO RUSCH

**REQUERIMENTO Nº 333**

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a inserção nos anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao Espaço Glaser, na pessoa das coordenadoras do evento, Liana Justus e Clarice Miranda, pela realização do Concerto Didático em DVD comemorativo ao ano internacional de Mozart.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

2006, ano de abrir os olhos, de surpreender e de nos deixarmos surpreender, porque é o ano das comemorações dos 250 anos do Nascimento de Mozart. Um gênio desde pequeno, um sonhador, um talento inato para ser feliz e para se apaixonar.

Mozart nasceu há 250 anos. Wolfgang Amadeus Mozart, nasceu como Johannes Chryostomus Wolfgang Gottlieb Mozart, no dia 27 de janeiro de 1756, em Salzburg, Áustria.

Representa, com Haydn, o ponto culminante da música no século XVIII.

Exemplo notável de precocidade criativa, aos três anos de idade recebia lições de piano, ministradas pelo pai; aos quatro fez a sua primeira composição; aos sete tocava órgão, cravo e violino. Apresentou-se ao público pela primeira vez aos seis anos, na universidade de Salzburgo. Mozart escreveu mais de seiscentas composições. Entre suas óperas merecem referência: A Flauta Mágica, Miltríades, Lá Finta Giardineira, Zaída, inacabada, Idomeneu, o Rapto do Serralho, As Bodas de Fígaro, Don Giovanni, Così Fan Trutte, A Clemência do Tito, etc. A música religiosa guarda bem as preciosidades das quinze missas, Te-Deums, nove Ofertórios. De Profundis, Catequistas, 7 sonatas para órgão e o inimitável Requiem (compôs a Missa Requiem minado pela tuberculose). Trabalhava nesta missa, quando sofreu um ataque de paralisia, vindo a morrer no dia seguinte.

As suas obras instrumentais incluem sinfonias, divertimentos, sonatas, música de câmara para diferentes combinações de instrumento e concertos. As obras vocais são, basicamente, óperas e música religiosa (missa, oratórios). A sua obra combina as doces melodias do estilo italiano com a forma e o contraponto germânico. Mozart sintetiza o classicismo do século XVII, simples, claro e equilibrado, mas sem fugir da intensidade emocional.

Estas qualidades estão patentes em todos seus concertos, com os contrastes dramáticos entre o instrumento solista e a orquestra, e nas óperas, com as reações das suas personagens diante de diferentes situações. A sua produção lírica coloca em evidência uma nova unidade entre a parte vocal e a instrumental, com uma delicada caracterização e o uso do estilo sinfônico dos grandes grupos instrumentais.

Nossas congratulações ao Espaço Cultural Glaser pela comemoração dos 250 aos do gênio! Atenção! Bravo!

O espetáculo vai começar!

**REQUERIMENTO Nº 304**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência - Província Mãe da Divina Providên-

cia - Curitiba-PR, que neste ano de 2006 está completando setenta anos de presença e trabalho de evangelização no Brasil.

Em 1936 chegaram no Brasil, mais precisamente em Santa Catarina, as primeiras Irmãs Beneditinas, vindas da Itália.

Nascida há 156 anos, numa pequena cidade no Norte da Itália, chamada Voghera, a Congregação quer ser para o mundo um sinal amoroso de Deus Pai Provedente, através de uma vida simples, humilde e servidora dos mais necessitados e marginalizados da sociedade, tal como sonharam suas fundadoras: Maria e Giustina Schiapparolli.

Por volta do ano de 1847, Voghera era uma cidade marcada por uma grave crise econômica, onde reinava o analfabetismo, a ignorância, a miséria e a imoralidade.

Após um período de guerras civis que assolaram a Itália, muitas epidemias e pestes haviam feito órfãs centenas de crianças e adolescentes, que viviam abandonadas pelas ruas das cidades pedindo esmolas e se prostituindo.

Diante dessa triste e desoladora realidade social, as religiosas e irmãs de sangue Maria e Giustina Schiapparolli, movidas pela fé de Deus e por um grande senso de justiça e solidariedade, iniciaram, com pouquíssimos recursos, uma grande obra de amor e acolhimento à infância e à juventude mais pobre e abandonada de seu tempo, acolhendo em sua própria casa, muitas dessas meninas que viviam pelas ruas da cidade de Voghera.

A obra tinha como objetivo: “abrigar as meninas órfãs, pobres e em perigo; educá-las na moral cristã, ensinando-as a ler e escrever, exercitando-as em um trabalho útil, tornando-as assim, capazes de ganhar o próprio sustento e honrar a religião e a sociedade”. A preocupação delas não era apenas a da assistência, mas também a da educação integral das meninas necessitadas.

Por causa dessa preocupação e para amenizar o grande problema do analfabetismo da época, foi inaugurada na referida cidade de Voghera, em 1849, a primeira Escola Elementar para meninas, dirigidas pelas Irmãs Beneditinas da Divina Providência.

Para o sustento das irmãs e das meninas, empenharam-se com coragem a diversos trabalhos, entre os trabalhos manuais, que eram muito valorizados naquele tempo, bem como pediram auxílio às autoridades da cidade em favor das meninas.

Essa obra cresceu e alcançou grande reconhecimento dos cidadãos, da Igreja e da autoridade da época e, assim, a pequena “semente” da Congregação tornou-se uma grande árvore estendendo seus “galhos” em muitos lugares.

Foi assim que, em 1936, vieram pela primeira vez ao Brasil, sete religiosas de grande coragem que iniciaram aqui o importante trabalho de amenizar as feridas abertas do abandono no coração das crianças e adolescentes. E hoje, as Irmãs Beneditinas da Divina Providência, além da Itália e do Brasil, também marcam uma presença de amor e acolhimento à infância e juventude



necessitada em mais nove países: Guiné-Bissau, Kênia, Índia, México, Paraguai, Bolívia, Argentina, Albânia e Romênia, através de diversas obras como: creches, casas-lar, projetos de contra-turno escolar, asilos, hospitais e escolas.

Em Curitiba, por exemplo, com o objetivo de acolher, assistir e educar, as Irmãs acolhem e amparam muitas crianças e adolescentes mais necessitados, no Centro de Educação Infantil chamado Casa de Nazaré e pela obra social de contra-turno escolar denominada Projeto Abrindo Caminhos, situados na Vila Pompéia - Bairro Tatuquara. Nessas duas obras são atendidos crianças e adolescentes do bairro, além de muitos outros vindos de bairros vizinhos, em especial da ocupação Terra Santa.

Em 2002, teve início uma obra no município de São José dos Pinhais-PR, recebendo o nome de Lar Mãe Maria. O objetivo é construir no local cinco casas-lar com pais e mães sociais para acolher, assistir e educar crianças e adolescentes necessitados de abrigo e proteção. Várias meninas enviadas pela Vara da Infância e Juventude, Prefeitura e Conselho Tutelar daquele município já foram acolhidas em uma das casas já existentes.

Desde o ano passado estão sendo construídas outras três casas com o apoio financeiro de diversos colaboradores que são parceiros nesta causa. Neste ano de 2006, essa Congregação que tanto bem procura realizar em prol das crianças e adolescentes necessitados, está comemorando, com grande júbilo, setenta anos de presença no Brasil.

Entre os vários eventos que estão programados neste ano para comemorar a vinda das primeiras missionárias italianas, em 1936, para Nova Veneza, no sul de Santa Catarina, em uma colônia de imigrantes italianos, destaca-se a celebração da primeira Profissão Religiosa das jovens Emília Borges de Sá, Kareen Suman Batista (brasileiras), Límpia Beatriz Florentin, Mirta Zaracho Gonzáles (paraguaias) e Roxana Cadima Ledezma (boliviana), ocorrida no dia 1º de janeiro do corrente, no Santuário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nesta Capital.

Chamada também de Consagração Religiosa é um momento especial na vida dos religiosos, no qual essas jovens deram um testemunho público de doação total a Deus, no mesmo espírito da Congregação, comprometendo-se a amar e a servir aos irmãos e irmãs necessitados, especialmente à infância e à juventude marginalizada, para que todos tenham vida e vida em plenitude (cf. João 10,10).

Diante do mundo descartável, marcado por relações tão instáveis em todos os níveis e, não apenas na realidade de nossas famílias e seguindo o exemplo das fundadoras Maria e Giustina Schiapparolli, a dedicação e o trabalho das Irmãs Beneditinas da Divina Providência merecem o reconhecimento e o respeito de nossa comunidade paranaense. Sentimo-nos orgulhosos em prestar esta homenagem através deste voto de louvor que se faz meritório.

Cumprimentamos a Irmã Narcisa Maria Pasetto - Superiora Provincial, pela comemoração desse ano jubilar no Brasil, extensivos a toda Congregação. Em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, auguramos-lhes votos de muitas realizações e sucesso, rogando a Deus Suas bênçãos.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 332

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações ao Coronel da Polícia Militar do Paraná, Roberson Bondaruk, e à empresa socialmente responsável Tritec Motors, na pessoa de seu Diretor Thomas Prete, pela publicação do livro “O Império das Casas Abandonadas: crianças e adolescentes de rua e a polícia”.

Pedimos ainda, que este elogio seja anotado na ficha funcional do ilustre e preparado autor e comandante de Regimento da Polícia Militar. Para tal, esta Assembleia Legislativa deve oficiar ao Sr. Coronel Nemésio Xavier, ilustre comandante da PM.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Conselheiro do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná, coordenador da Câmara Técnica de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias do Brasil, Bacharel em Direito pela PUC, o Coronel Roberson Bondaruk comanda o histórico Regimento Coronel Dulcídio, quartel de Cavalaria da PM. Acaba de publicar “O Império das Casas Abandonadas”, debate sobre meninos de rua, seus mocós, visões e contatos com a polícia. Fruto de entrevistas com 415 crianças em situação de risco, e 330 policiais militares. Bondaruk termina novo livro: “Uma Arquitetura Urbana contra o Crime”, análise de como bicos sem saída, muros intermináveis, ruas escuras, construções irregulares, aumentam a criminalidade nas cidades. A idéia de posturas urbanas já estava em Curitiba, nos provimentos do Ouvidor Pardinho, que, em 1721, mandava demolir casas em ruínas.

Seja este requerimento enviado ao Sr. Coronel Roberson Bondaruk, no Quartel Coronel Dulcídio, à rua Konrad Adenauer, 1166, Tarumã, Curitiba, CEP: 82.820-540, ou pelo fax (41)3367-1556.

Ao Sr. Thomas Prete, na Tritec Motors, em Campo Largo, Rua Ema Tanner de Andrade, 1892, CEP: 03606-360, e-mail [tp227@dcx.com](mailto:tp227@dcx.com).

#### REQUERIMENTO Nº 307

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de aplauso e felicitações ao casal biturunense Lourenço Ângelo Nalon e Pierina Canodá Nalon.

A referida homenagem é pela passagem dos setenta anos de matrimônio - bodas de platina, comemorada no último dia 22 de fevereiro.

Requer, ainda que seja dado ciência aos homenageados, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### REQUERIMENTO Nº 318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Arlindo Roberto de Oliveira. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 319

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Wilson José Camargo. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 320

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Altair de Oliveira. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Lívio Vieira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 322

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Joilton da Cunha Mendes. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 313

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Francisco Cavaleri Mendonça. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 314

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Carlos Roberto Audi Ayres.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Cláudio Osti. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 316

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Maria Helena de Oliveira Moraes. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 317

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Cristina Brizola. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Luiz César da Silveira (proprietário da Artecima Pré-Moldados, Concretos, Cercas e Alambrados), pelos excelentes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 325

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. José Carlos Feil (proprietário da Ideauto), pelos excelentes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Dr. Anthony John Wechinewsky, pelos excelentes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 327

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Dr. Anderson Vinícius Wechinewski, pelos excelentes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 279

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, que seja encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda Antônio Palocci Filho, Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - CEP: 70048-900; ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Murilo Portugal, Esplanada dos Ministérios - Bloco "P", 4º andar - CEP: 70048-900; ao Secretário da Receita Federal do Ministério da Fazenda, Dr. Jorge Rashid, Esplanada dos Ministérios - Bloco "P", 7º andar - CEP: 70.048-900; ao Delegado da Receita Federal em Curitiba, Virgílio Concetta, Rua Marechal Deodoro, nº 555 - 4º andar - CEP: 80.020-911 e ao Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Curitiba, Narciso Doro, Av. Sen. Souza Naves, 381, Curitiba, este pedido de elaboração de Instrução Normativa, para regulamentar a liberação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, on line.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Há muitos anos, o Brasil não vem conseguindo taxas de crescimento expressivas. No ano passado, expandiu pífos 2,6% quando a expectativa era de pelo menos 3,5% e a média mundial foi 4,3%, a China obteve 8,5, a Índia 6,5%, as nações emergentes em geral registraram a média de 6%. Como é possível, assim, atender a demanda de empregos e superar as carências sociais?

Inacreditavelmente, o excesso de regulamentação e burocracia, envolvendo as atividades econômicas, ainda é uma das causas desse ritmo arrastado, como se estivéssemos caminhando com o freio de mão puxado. Organizações internacionais, a exemplo do Banco Mundial, têm inclusive apontado o nosso país como um dos mais engessados do mundo. Os problemas terminam, estourando nas mãos dos contabilistas, que são os responsáveis pela formalização e cumprimento das obrigações fisco-

gais das empresas. Atendem mil e uma exigências, muitas dispensáveis como o reconhecimento de firma e a autenticação de documentos.

Não se concebe por que a Receita Federal, que possui poderosa estrutura e recursos, não informatiza muitos dos seus serviços, facilitando a vida das empresas e dos profissionais de contabilidade, que enfrentam filas, muitas vezes na madrugada. Os órgãos de arrecadação estaduais e municipais vêm modernizando seu serviços de maneira mais célere e interessada.

A adoção do CNPJ on line é uma medida simples, de impacto nacional, pode ser implantada já, com segurança absoluta. Não há necessidade de aprovação de leis. Basta firmar convênios com as entidades contábeis, para autorizar os contabilistas e entrar no cadastro da Receita, por meio de senha, ou através da certificação digital. Além de superar procedimentos hoje desgastantes, a emissão do documento on line, desvincularia o serviço da inconveniência das greves. É incompreensível, portanto, a demora do Governo Federal em resolver o problema.

Esta bandeira do Sindicato dos Contabilistas de Curitiba, que merece todo o apoio do Governo e das instituições, a quem dê esta Assembléia do Povo o devido louvor e valor, quando se quer facilitar a execução dos serviços dos trabalhadores do Brasil.

#### REQUERIMENTO Nº 280

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, RG 531.233-PR, Prefeito de Curitiba, 1993-1996; Ministro de Estado, 1999-2000. Deputado Federal, 1998-2000, Deputado Federal, 1998-2002 e Deputado Estadual pelo PMDB, que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, que seja encaminhado ao Dr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes - Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - 6º andar - Sala 600 - CEP: 70.044-900-Brasília/DF; ao Dr. José Alexandre Nogueira de Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte - ANTT - Setor Bancário Norte, QD - 02 - Bloco "C" LT 17 - Edifício Fenícia - 12º andar - CEP: 70.040-020 - Brasília/DF, a sugestão para que as praças de pedágio a serem implantadas pelo DNIT e ANTT nas BRs de acesso a Curitiba, respeitem a história local e a identidade única regional.

Sala das Sessões, em 08.03.05.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

1. Seria um desastre para o turismo e uma injustiça social, pedagiar a BR 116, antes do acesso à antiga e imperial Estrada da Graciosa. A população de Curitiba e de toda a sua Região Metropolitana utiliza como um de seus parques de lazer, o conjunto paisagístico e monumental da Graciosa e os rios como: Mãe Catira e o Nhundiaquara, sítios históricos como o Caminho dos Jesuítas, Porto de Cima, Morretes e Antonina, enfim, os amplos espaços de lazer, democráticos e sem qualquer tarifa, oferecidos pela Mata Atlântica, suas corredeiras, sua natu-

reza. Os pobres, que não dispõem de outra opção de lazer regional, teriam que pagar o acesso à Graciosa.

2. A Graciosa é alternativa constitucional para o direito de ir e vir, sem pedágio, entre o planalto curitibano e o litoral do Paraná.

3. É um absurdo que um caminho, que foi aberto nos idos de 1700, pela Câmara Municipal de Curitiba e pela Câmara Municipal de Antonina, depois foi retificado e pavimentado pelo governo estadual, já no momento da criação do Paraná, em 1853/1854, passasse agora a ser tarifado por empresas privadas.

4. Da mesma forma, implantar praças de pedágio entre Curitiba e as 25 cidades a ela conurbadas, que compõem uma única comunidade política e econômica, seria fracionar uma unidade geográfica e cultural. A grande Curitiba é uma só, inclusive, com Rede Metropolitana Integrada de Transportes, implantadas por este ex-Prefeito, já em 1994.

5. Uma praça de pedágio entre Curitiba e Mandirituba, por exemplo, seria foco permanente de tensões sociais, o mesmo ocorrendo com a praça de pedágio capaz de tarifar o acesso ao litoral pela antiga Estrada da Graciosa.

#### REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que este requerimento seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e aos Srs. Conselheiros Estaduais de Educação, a comunicação à V. Exas. o integral apoio da gente, da Prefeitura da cidade de União da Vitória, e dos abaixo assinados, à idéia da criação de uma Universidade Municipal, naquela cidade, antigo porto do rio Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Municipal de União da Vitória será a primeira Universidade Municipal do Paraná integralmente auto-sustentável, sem necessitar de nenhum recurso seja do Tesouro estadual, seja do Tesouro Nacional.

Após 32 anos de funcionamento exemplar, em 2005, a receita da FACE, Fundação Municipal Faculdade de União da Vitória, foi de R\$ 5.613.163,00, a despesa foi de R\$ 4.323.340,00, com um superávit de R\$ 1.289.828,00. Atualmente o saldo disponível é de R\$ 4.046.791,00. Conforme balancetes oficiais disponíveis para verificação.

As instalações são próprias e de excelente qualidade, a receita é advinda das mensalidades de 2200 alunos, e da prestação de serviços à comunidade.

Nossa inspiração é a mesma dos grandes paranaenses Rocha Pombo, José Ribeiro de Macedo, Nilo Cairo, Victor do Amaral, Hugo Simas, e outros destemidos fundadores da Universidade do Paraná, em 1912, utopia de homens livres materializada na então pequena Curitiba.

Comungamos com o historiador paranaense Ruy Wachowicz a elevada idéia de que uma Universidade surge da expressão econômica regional. Assim como em 1912, a chamada “Universidade da Erva Mate” - hoje UFPr - surgiu da aspiração da sociedade local, a Universidade Municipal de União da Vitória nasce do anseio deste Vale do Iguaçu em criar, novamente, o que é novo.

A noção romana de “fundação” marca os governos e os governantes que mereceram lugar na História. Diz a filósofa contemporânea Hanna Arendt, em sua obra magistral “Entre o passado e o futuro” que “a autoridade vem do latim ‘augere’ - que significa agir, fazer.”

O que não se faz não existe.

Vale o pensamento também do grande padre Antônio Vieira de que “somos aquilo que fazemos - o que não se faz não existe”.

Assim, respeitosamente, solicitamos seu apoio a esta causa regional que é benéfica a todo o Paraná e ao norte de Santa Catarina, bem como à Nação brasileira.

**Rafael Greca de Macedo**

Deputado Estadual (PMDB); Prefeito de Curitiba 1993-1996; Ministro de Estado 1999-2000.

**Hussei Bakri**

Prefeito de União da Vitória; Presidente da FACE; Bacharel em Comunicação Social.

**Jairo Clivatti**

Advogado, Diretor da FACE; Presidente da Comissão Pró-Universidade de União da Vitória.

**REQUERIMENTO Nº 305**

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando o envio de mensagem à Assembléia Legislativa, apresentando correção salarial para os servidores do quadro próprio do magistério.

A primeira professora do Paraná, que também foi a primeira servidora pública, Dona Rita Anna de Cássia, foi nomeada em 11 de janeiro de 1835.

Os professores do Estado são na sua maioria, mais de 80%, mulheres. É categoria eminentemente feminina e em razão desse perfil, tradicionalmente mal remunerada.

Infelizmente, no Brasil, e no Paraná não é diferente, as mulheres ganham menos que os homens e na classe dos professores isso é observado de longa data.

Em 1910, o governador do Piauí fez discurso para a reabertura da Escola Normal especialmente para o sexo feminino. Ele, na época, explicou que reabria a escola em função da aptidão da mulher para ensinar e a segunda razão foi a exigüidade dos vencimentos das professoras, que seria absurdo ofertar o salário de professora para um homem.

Disse, textualmente, “a mulher, porém, mais fácil de contentar e mais resignada e quase sempre assistida

pelo marido, pelo pai e pelo irmão, poderá aceitar o professorado e desempenhá-lo com assiduidade e dedicação, não obstante a parcimônia da retribuição dos serviços” (Fonte: Kulesza, Wojciech - A institucionalização da Escola Normal no Brasil - 1870 - 1910), in: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasil, MEC/INEP, set/dez 1998, vol. 79, pp.63-71).

A valorização do ensino, além de representar a valorização da mulher, significa desenvolvimento para o Estado e para o Brasil. Vamos efetivamente melhorar a qualidade do ensino!

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 310**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador-Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, encaminhando a correspondência do Sr. Ralpho Gonzaga de Oliveira Sobrinho.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 311**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Sr. Rubens Ghilardi, solicitando que seja verificada a cobrança da Taxa de Iluminação Pública de mais de trinta famílias que residem em torna da Fábrica de Papelão Apucarantina, em Tamarana. Os moradores reclamam que não possuem iluminação pública, mas estão pagando pelo serviço há pelo menos dois anos.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 312**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, encaminhando pedido da Associação Comunitária da Vila Rural 2 Otávio de Campos Lima, de Tamarana, que solicita recuperação nos buracos; remarcação da sinalização horizontal e sinalização de redução de velocidade na frente da Vila Rural 2.

Outra reivindicação é a readequação das duas pontes existentes no trecho que liga o município de Tamarana à Vila Rural 2 Otávio de Campos Lima.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) BARBOSA NETO

# REQUERIMENTO Nº 329

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social solicitando a viabilidade de se executar uma reforma na Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que atende 514 (quinhentos e quatorze) alunos, cujo objetivo é prestar atendimento a pessoas portadoras de deficiência mental e/ou múltipla deficiência, de zero a setenta anos. Possui atualmente três unidades executoras assim distribuídas.

- Escola de Educação Especial Melvin Jones - 303 alunos
- Centro Profissionalizante Raiane da Silva Soares - 206 alunos
- Casa Lar Diva Rodrigues Buckner - Presta atendimento em regime de internato a 05 (cinco) excepcionais órfãos e/ou abandonados.

Se faz necessária a substituição de azulejos e pisos cerâmicos destas três unidades tendo em vista a necessidade de melhoria no ambiente e também de adequação à legislação em vigor (anexo planilha de orçamento da obra).

# REQUERIMENTO Nº 330

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, solicitando a viabilidade de fornecer um pré-moldado medindo 15x26,5 para a localidade de Braganina (pertencente ao município de Braganey).

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as precárias condições de trabalho da comunidade (cerca de quinhentas pessoas) no atual barracão existente, se faz necessária a utilização de um pré-moldado nas medidas mencionadas para que possam trabalhar num ambiente adequado.

# REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente à ANP -

Agência Nacional de Petróleo, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento e à Secretaria da Receita Federal, com a sugestão de adoção de cotas de combustíveis derivados de petróleo para os municípios que fazem fronteira com outros países, com incidência tributária reduzida, de forma a equilibrar os preços praticados no mercado interno com aqueles das localidades fronteiriças estrangeiras, a fim de preservar a atividade do segmento de combustíveis nestes locais; a manutenção de milhares de empregos e a preservação da arrecadação tributária.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Fruto de vários encontros entre o segmento do comércio varejista de combustíveis e as autoridades municipais e estaduais originárias da cidade de Foz do Iguaçu, o problema da concorrência que os postos argentinos em função dos baixíssimos preços praticados estariam causando à economia dos municípios limítrofes situados no território nacional, chegou-se à conclusão de que é necessária a adoção de medidas compensatórias urgentes visando manter este tipo de atividades nestas localidades, a manutenção dos empregos e a arrecadação tributária local.

Como sugestão, a imposição de cotas mensais de combustíveis, com redução da tributação de forma a equalizar os preços, na proporção de 40% (quarenta por cento) do volume médio de aquisições efetuadas pelo comércio varejista nos doze meses anteriores à redução de preço no país vizinho, seria a medida mais plausível e possível de ser adotada, em caráter temporário, até que a situação conjectural se apresente equilibrada, fazendo com que na composição do preço final houvesse um equilíbrio com os praticados na Argentina, mantendo os empregos e 60% (sessenta por cento) da arrecadação integral.

Salientamos ainda que a legislação vigente no país vizinho contempla regime diferenciado de tributação nas faixas de fronteira, caso houver diminuição de preço em virtude de câmbio ou outros motivos que vierem a ocorrer. Em nosso ordenamento pátrio não encontramos tal salvaguarda, a CIDE (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico) estipula e possibilita o subsídio ao transporte e ao comércio de combustíveis.

Para atingir este objetivo é necessário o empenho dos legislativos estaduais, pois a situação não é exclusiva de Foz do Iguaçu, mas sim de todos os municípios que façam fronteira com outras localidades de outros países, havendo quase que um clamor nacional para que os governos socorram o segmento de forma urgente e uniforme, pois além de estratégico o setor de combustíveis nas fronteiras, emprega milhares de pessoas, considerando não só o aspecto social mas também a evasão de divisas tendo em vista que a arrecadação tributária hoje já é inferior a 50% do que historicamente se arrecadava.

Diante do exposto, peço aos nobres parlamentares que aprovelem o presente requerimento e se somem a nós

nesta luta em favor dos municípios da fronteira, do Paraná e do Brasil.

#### REQUERIMENTO Nº 283

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que dirija ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, e à Presidente da Fundepar, Sandra Berenice Ferrari Turra, o seguinte pedido de informações: por que o protocolo nº 8.464.265-7, datado de 10 de agosto de 2005, ainda não foi atendido?

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual de Juvinópolis - Ensino Fundamental e Médio, está localizada a 45 quilômetros da cidade de Cascavel.

São cerca de 280 alunos matriculados de 5ª série do Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio.

Na estrutura física da escola existem duas salas de aula sem condições de abrigar alunos, há risco de desabamento do teto e muitas goteiras.

Desde 10 de agosto de 2005 que a Diretoria da escola solicita os respectivos reparos para o Governo do Estado. Nesta mesma data, protocolaram o pedido sob o nº 8.464.265-7, que somente agora em fevereiro de 2006 recebeu a visita dos técnicos da Fundepar e diante da análise técnica efetuada propuseram a transferência dos alunos que ocupam essas salas de aula, para um espaço a ser alugado num salão paroquial, distante mais ou menos 300 metros do local, o que inviabiliza o funcionamento da escola.

O colégio necessita de que seja construído espaço físico para as instalações de banheiros, inexistentes. Os alunos utilizam as dependências das escola vizinha do laboratório de informática.

Há necessidade de espaço físico para instalar: laboratório de Química e Física; de Informática e ainda para a administração e cozinha, também inexistente; utilizam a cozinha da escola municipal vizinha.

O aparente descaso com as acomodações dos alunos da Escola Juvinópolis, reflete na educação dos nossos jovens cidadãos paranaenses, gerando transtornos para os funcionários e alunos da escola municipal vizinha. Por que autorizar o funcionamento de uma escola que não tem condições de funcionar?

#### REQUERIMENTO Nº 285

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado pelo Paraná que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que dirija ao Sr. Governador do Estado e à Presidência da Copel, o seguinte pedido de informações:

1. houve distorção no consumo de energia nas faturas com vencimento em 27 de fevereiro de 2006, conforme alegam moradores do município de Pinhais?

2. No mês de janeiro foi cobrado valor mensal, abaixo da média de consumo?

3. Por que os moradores não são informados sobre essas distorções no consumo de energia em suas próprias faturas com letras bem grandes?

4. Considerando equívoco da empresa, pergunta-se sobre a possibilidade de parcelamento dessa diferença?

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tal situação já ocorreu na fatura de energia do usuário Moacyr Luiz da Silva, no início de 2005, conforme processo protocolado sob nº 0348/05.

Que a Copel tenha controle o suficiente para que tais fatos não venham ocorrer. Esta falha na leitura do consumo pode causar aborrecimentos ao usuário, uma vez que o “ajuste” não previsto, certamente irá comprometer o orçamento de empresas e famílias, principalmente no início do ano, quando as obrigações orçamentárias concentram-se em gastos com escola, IPTU, IPVA, impostos, etc.

Em anexo, encaminho o e-mail de cidadania, encaminhado pelo Sr. Moacyr Luiz da Silva, da empresa Digi-cont Escrituração Contábil Ltda.

#### REQUERIMENTO Nº 309

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informação do por quê não é reforçada a segurança no Bairro Água Verde em Curitiba, principalmente à noite, sabendo-se do grande número de ocorrências na região.

Sala das Sessões, em 08 de março de 2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando providências em relação ao exposto no Ofício 005/06, assinado pela Sra. Vera Rubbo, representante do Movimento das Esposas dos Policiais Militares de Londrina.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 278

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que officie esta solicitação:

\* ao Sr. Governador do Estado, pedindo providências do IAP, da Copel e da Sanepar;

\* ao Sr. Prefeito Municipal da Capital, pedindo providências da Secretaria de Urbanismo;

\* ao Sr. Promotor Público do Meio Ambiente, pedindo ação constitucional do Ministério Público.

Quanto à desordem urbana e grave risco à população local, pelo “emparedamento” da ocupação conhecida como Bairro dos Cruz, com acesso pela rua João Ribeiro Batista, no Bairro da Caximba, Regional do Pinheirinho, quase nos limites entre Curitiba e Araucária.

1. As providências do IAP e do Ministério Público do Meio Ambiente referem-se ao arriscado erguimento do muro sobre o curso de um rio temporário que, a cada chuva, flui com o esgoto local. Na primeira chuva, o novo muro, de baldrame precário, deve cair sobre as humildes casas de morada.

2. As providências da Copel referem-se à revisão do posteamento local, ainda de madeira, ameaçando ruína, absolutamente precário e irregular.

3. As providências da Sanepar referem-se à necessária rede de água e esgotos, prioridade de governo, condição de higiene e cidadania.

4. As providências da Prefeitura de Curitiba deverão ser quanto ao arruamento irregular, que desobedece às posturas da lei, e contraria as normas da insolação e da higiene. Está sendo erguida uma autêntica “kasbah” arcaica, um gueto insalubre, que não se coaduna com os direitos humanos.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

No local, aproximadamente com casas unifamiliares, constituídas em alinhamento irregular, estão sendo isoladas da malha viária urbana pela construção de um imenso muro - verdadeiras muralha - em terreno particular contíguo.

Para maiores informações, seguem os telefones de:

Vilma Cristina Lourenço, presidente da Associação de Moradores, (41) 9205-5509, Roseli Daniel Duarte, moradora em situação de risco, (41) 3265-6981 e 8408-6981, Sr. José Mario, suposto proprietário da área que está sendo murada, (41) 3247-2828, 3247-5982.

Seja este requerimento encaminhado às autoridades acima nominadas, como também a Vilma Cristina Lourenço, presidente da Associação de Moradores do Bairro dos Cruz, rua Francisco Xavier Oliveira nº 315, CEP 81.480-070; a Roseli Duarte, moradora em situação de risco, rua João Ribeiro Batista, 27, CEP 81.315-160 e ao Sr. José Mario, suposto proprietário da área que está sendo murada, rua João Oliveira dos Santos, 17, CEP 81.315-690.

#### REQUERIMENTO Nº 302

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender ao pedido do Sr. Nilton dos Santos, residente à rua Herbert Trap nº 11 - Bairro Planta Guarituba - município de Piraquara, que pede, em regime de urgência, a implantação de rede coletora de esgotos nesse.

Afirma o Sr. Nilton que as fossas encontram-se cheias e causando uma série de problemas para a comunidade.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 9646-6562.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 080/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º As empresas operadoras de telefonia celular do Paraná, ficam obrigadas a aferir anualmente seus equipamentos visando a constatação de vazamento de radiação, consoante as diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e adotado o limite mínimo de 435 microwatts por centímetro quadrado em um centro urbano, considerando a sobreposição de campos eletromagnéticos entre estações rádio base (ERB) próximas.

§ 1º O limite mínimo poderá ser alterado conforme normatização expedida pela Anatel.

§ 2º Das medições serão extraídos relatórios a serem encaminhados à Anatel para análise, reservando-se a esta Agência a prerrogativa de realizar as medições por amostragem das estações rádio base (ERB) com medidores e equipe técnica próprios.

Art. 2º Os comerciantes de aparelhos e utensílios de telefonia celular devem afixar um cartaz no ponto de venda indicando os possíveis riscos à saúde associados aos telefones móveis celulares, contendo ainda recomendações aos consumidores sobre as formas de proteção e os efeitos da radiação.

Art. 3º Os fabricantes devem incluir na especificação dos aparelhos móveis celulares a presença ou não de dispositivo de proteção contra a radiação presente durante a utilização do equipamento, expondo a real redução de potência absorvida em dbm ao redor da cabeça do usuário.

Art. 4º Fica vedada a instalação de estações de telecomunicações em locais sensíveis, tais como salas ocupadas por pessoas durante períodos prolongados, e locais de considerável aglomeração de pessoas, tais como



escolas, hospitais, playgrounds, creches, centros de saúde e igrejas.

§ 1º É tolerada a instalação de estações de telecomunicações próximas dos locais sensíveis, desde que respeitada a distância mínima de quatrocentos metros horizontal de suas divisas.

§ 2º A distância mínima poderá ser alterada conforme disposição da Organização Mundial de Saúde - OMS, respeitados os limites utilizados pela Agência Nacional de telecomunicações - Anatel.

Art. 5º A responsabilidade pelos danos patrimoniais e morais causados a usuários e terceiros em decorrência da prestação do serviço público pelas concessionárias de telefonia celular é objetiva.

Parágrafo Único. A responsabilidade civil objetiva das concessionárias de telefonia celular abrange os danos causados à população e ao meio ambiente.

Art. 6º A ocupação do uso do solo para a instalação de estações de telecomunicações deve respeitar as disposições das legislações municipais, desde que atendidas as limitações estabelecidas neste lei.

Art. 7º É vedada a utilização de telefones celulares nas Unidades de Terapia Intensiva dos hospitais.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta proposição é regular a utilização dos equipamentos celulares móveis, garantir à população o acesso as informações sobre as prevenções a serem adotadas para a utilização desses equipamentos, estabelecer critérios técnicos para a monitoração da rádio frequência irradiada pelos equipamentos de telefonia celular e restrições quanto aos locais de instalação, bem como a responsabilidade civil por danos causados à população e ao meio ambiente, com base no princípio da precaução, normas e orientações internacionais.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que os países desencorajem o uso excessivo do celular entre as crianças e adolescentes, pois seus cérebros ainda estão em desenvolvimento, destarte o aparelho celular só deveria ser utilizado por maiores de dezoito anos. Estudos internacionais esclarecem que a exposição às radiações eletromagnéticas geradas pelos telefones celulares são muito elevadas para as crianças, devido ao crânio ser ainda muito fino, principalmente até os doze anos de idade. Devido a este fato, na Inglaterra é proibida a utilização do equipamento móvel celular até esta faixa etária, vedação esta contemplada pelo presente projeto de lei (artigo 1º projeto de lei).

A maior parte dos hospitais em Curitiba já proíbe o uso de telefones celulares principalmente dentro de Uni-

dades de Terapia Intensiva (UTI). Em nossa capital esta proibição, em muitos casos, deixou de ser uma mera recomendação informal para ser uma norma interna, o que externa a necessidade de uma legislação que discipline a utilização dos equipamentos móveis celulares neste ambiente (artigo 2º projeto de lei).

Atualmente a Anatel segue as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Internacional para Proteção contra Radiação Não-Ionizante (ICNIRP) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), que estabeleceu um limite de 435 microwatts por centímetro quadrado como aceitável em um centro urbano, que teoricamente não oferece riscos à saúde. Mas segundo especialistas o excesso de antenas que encontramos nos centros urbanos e a relativa proximidade entre elas e a soma a outros fatores prejudiciais ao corpo humano podem ser maléficos aos indivíduos e igualmente à vida vegetal.

O que está acontecendo é a instalação desordenada das antenas de telefonia e não existem normas para obrigar que um padrão seja respeitado para se tentar ordenar esta verdadeira invasão do espaço urbano. A questão é que ninguém sabe com certeza a quantidade exata de torres de telefonia instalada nos centros urbanos, como cada operadora instala a sua para o atendimento do seu público. Muitas vezes ocorrem situações em que torres são instaladas praticamente uma ao lado da outra.

Desta forma, este projeto de lei estabelece o limite de 435 microwatts por centímetro quadrado considerando a sobreposição dos campos eletromagnéticos de torres instaladas próximas, além de exigir o maior controle dos equipamentos de telefonia celular em operação contando com a importante atuação da Anatel (artigo 3º projeto de lei).

É fato que a natureza da relação entre o usuário e a concessionária é contratual, assim, está nítida a relação de consumo. O usuário está perfeitamente enquadrado na definição de consumidor, como estabelece o artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor. Também em consonância ao artigo 14 do mesmo Código, no que concerne às informações sobre o risco do serviço fornecido pela prestadora de serviço, merece destaque a questão do risco que os usuários dos telefones celulares móveis estão susceptíveis aos constante uso prolongado desses equipamentos.

A preocupação em alertar os usuários sobre estes riscos deve ser uma providência a ser tomada pelas empresas prestadoras de serviço de telefonia celular no país. Esta exigência já existe internacionalmente, pode-se tomar como exemplo a atuação do Poder Público do Estado da Califórnia, Estados Unidos da América, quanto aos efeitos da radiação oriunda dos telefones móveis. O Senador Tom Hayden em fevereiro de 2000 adicionou o artigo 6 (que começa com a seção 108670) capítulo 5 da divisão 104 do Código da Saúde e de Segurança, a fim de exigir dos fabricantes e dos varejistas de telefone celular afixar um cartaz no ponto de venda indicando os possí-

veis riscos à saúde associados aos telefones celulares, dentro do Estado da Califórnia.

Além disso, o cartaz deve conter recomendações aos consumidores de como se proteger dos efeitos da radiação desses aparelhos, informando que estudos federais ainda não conclusivos, mostram uma possível ligação entre o câncer no cérebro e a perda de memória com o uso do telefone celular. Seguindo o exemplo internacional descrito, este projeto de lei no artigo 4º estabelece as regras a serem seguidas pelas empresas prestadoras de serviço de telefonia celular.

Os usuários dos telefones móveis celulares, em sua maioria, desconhecem que os fabricantes destes equipamentos já desenvolveram dispositivos de segurança através de blindagem interna de metal para a redução de potência absorvida em dbm ao redor da cabeça do usuário que podem estar presentes ou não nos telefones celulares. A importância desta informação nas especificações dos equipamentos à disposição no mercado é de grande relevância, pois o usuário poderá considerar o item segurança para a aquisição do móvel celular, e não apenas a diversidade de serviços, aplicações e modelos para incentivar a compra destes equipamentos portáteis (artigo 5º projeto de lei).

Na Europa os princípios da precaução e da prevenção estão recomendados no artigo 130 dos tratados europeus, que devem ser adotados e seguidos pela lei nacional dos países integrantes, dentre eles a Inglaterra. Em muitos países europeus estes princípios estão sendo aplicados, no que concerne à distância mínima entre os edifícios ocupados e a autorização para a instalação das estações rádio base. O que está sendo aplicado, na maioria dos casos, é a distância de 250m a 500m, embora não se tenha a certeza de qual seria a distância correta por falta de testes e pesquisas conclusivas.

A Suíça baseado no princípio da precaução publicou em 1998 a norma SAEFL ("Swiss Agency for the Environment, Forests and Landscape, Ordinance relating to Protection from Non-Ionising Radiation - ONIR 814.710, 1999") com valores limites de campo elétrico mais baixos para os locais ditos sensíveis. Esses locais sensíveis são definidos como salas ocupadas por pessoas durante períodos prolongados, como nas escolas e "playground" de crianças, no demais locais os limites são os mesmos utilizados pelo ICNIRP (International Commission on Nonionizing Radiation Protection, Guidelines for Limiting Exposures to Time-Varying Electric, Magnetic, and Electromagnetic Fields (Up to 300 GHz), Health Physics, Vol. 74, pg. 494-522, 1998. Destarte, baseado nas recomendações e normas européias citadas, o presente projeto de lei define o que são os locais sensíveis e estabelece a vedação para a instalação de estação de telecomunicações nestes ambientes, tolerando a distância mínima de 400 metros em conformidade com as recomendações já aplicadas internacionalmente (artigo 6º projeto de lei).

A responsabilidade por prejuízos causados pelos concessionários a terceiros e usuários está amparada pelos dispositivos legais da carta magna, do direito civil e do direito do consumidor. Desta forma, o indivíduo que estiver à frente de uma situação em que caracterize o prejuízo proporcionado por atividade explorada pelas concessionárias, com possibilidade de comprovação do nexo de causalidade entre a conduta e o dano, excetuando a culpa exclusiva da vítima ou de terceiros e a presença de causa fortuita ou de força maior, estará legitimado de pleno direito a exigir o ressarcimento aos prejuízos causados. E ocupando o pólo passivo desta lide está a concessionária prestadora do serviço que pela conduta, independente de culpa, é a responsável pelo seu ressarcimento e subsidiariamente, também ocupando o pólo passivo, está o Estado, na situação de responsável pela reparação dos prejuízos causados na hipótese em que a concessionária não tenha meios efetivos para repará-los. Esses prejuízos não se limitam apenas à população mas também ao meio ambiente, é o que dita o artigo 7º do presente projeto de lei, invocando a aplicação da responsabilidade civil objetiva.

Para a instalação das estações rádio base a União através da Anatel, proporciona a autorização das obras, e cabe ao município disciplinar os locais onde as torres podem ser instaladas. Esta competência municipal tem respaldo no artigo 30, VII da Constituição Federal de 1988, que permite à administração municipal controlar a ocupação do solo, portanto, a localização das torres dentro da cidade de modo que elas não interfiram no cotidiano e no bem-estar dos moradores. As iniciativas municipais para disciplinar a ocupação do uso do solo sistematizando os padrões urbanísticos sanitários e ambientais para instalação de Estação Rádio-Base (ERB) devem ser respeitadas, desde que atendidas as limitações estabelecidas neste projeto de lei (artigo 8º projeto de lei).

PROJETO DE LEI Nº 081/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Filantrópica Dom Getúlio, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, CNPJ 05.520.492/0001-60.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar a entidade social citada, de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos e de caráter filantrópico e que nasceu legalmente em 03/02/03 com prazo de duração indeterminado.

Possui como objetivo, entre outras atividades, a prestação de assistência espiritual e social. A entidade atende aos requisitos legais para receber tal declaração legal. Para tanto, segue documentação exigida.

Espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

PROJETO DE LEI Nº 082/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária da Vila Rural Antonio Picoli - Acovrap, com sede no município de Ourizona e foro em Mandaguaçu, Estado do Paraná, CNPJ 02.652.307/0001-00.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar a entidade social citada, de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos e nasceu legalmente em 05/09/01 com prazo de duração indeterminado. Possui como objetivo a execução, a promoção e o incentivo das atividades sociais que beneficiam os agricultores da Vila Rural A entidade atende aos requisitos legais para receber tal declaração legal. Para tanto, segue documentação exigida.

Espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

PROJETO DE LEI Nº 083/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 14.181/03, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Pró-Juventude de Maringá - Ajumar, com sede e foro no município de Maringá, Estado do Paraná, e com CNPJ 03.696.631/0001-85.

Art. 2º Revoga-se a Lei Estadual nº 14.490, de 28 de julho de 2004, publicada no DOE nº 6781.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo apenas alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 14.181/03, motivada pela alteração da razão social da entidade.

A entidade apresenta em anexo, documentação necessária e suficiente para a devida alteração da redação da lei estadual mencionada.

PROJETO DE LEI Nº 084/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Wallace Thadeu de Mello e Silva, com sede e foro no município de Matinhos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Wallace Thadeu de Mello e Silva, CNPJ nº 06.994.564/0001-73, fundada em 29 de julho de 2004, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Matinhos, neste Estado, é voltada exclusivamente para o bem-estar da sociedade na assistência ao educando, ao aprimoramento do ensino e à integração família/escola/comunidade com ensino educacional.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 085/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatória a realização de exame obrigatório gratuito em alunos da pré-escola e do ensino fundamental da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

Art. 2º O aluno carente será tratado gratuitamente, mediante a adoção dos procedimentos clínicos e cirúrgicos e o fornecimento dos aparelhos necessários à correção da deficiência ou lesão apresentadas.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A proposta ora apresentada tem por escopo a adoção da obrigatoriedade, por parte do Executivo Estadual, de uma política permanente de prestação e acompanhamento odontológico em alunos da pré-escola e ensino

fundamental da rede pública de ensino do Estado do Paraná, e ainda, promover e propiciar gratuitamente ao aluno carente, quando assim indicado, o procedimento clínico e cirúrgico e, como também, de via, o fornecimento dos aparelhos necessários à correção da deficiência ou lesão registradas.

Tem se visto, e não poucas vezes, muitas e muitas crianças com baixa auto-estima e precário aproveitamento escolar, por serem vítimas de sérios problemas de má formação dentária, buco-maxilo-facial e ortodôntica por falta de assistência e acompanhamento odontológico continuado.

Inúmeros serão os benefícios para os escolares e para sociedade com a adoção de uma política eficiente, eficaz e benfazeja dessa natureza.

É por essas razões, que conclamo aos nobres Pares o devido apoio à matéria e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 086/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, a criar o Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná, com a finalidade de inserir no mundo letrado as pessoas maiores e 14 anos, analfabetos e semi-analfabetos, da comunidade em geral, que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino regular, na época apropriada.

§ 1º O programa de que trata o *caput* deste artigo poderá ser realizado em parceria com os municípios paranaenses.

§ 2º O Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná poderá, também, ser realizado mediante convênios com organizações não governamentais, entidades religiosas, cooperativas e associações, que realizem atividades relacionadas à educação.

Art. 2º A coordenação e gestão do programa serão realizadas por Grupo Especial, em cada município, composto por representantes das diretorias de ensino, das Prefeituras e das entidades, conforme cada caso.

Art. 3º As escolas estaduais e municipais poderão ceder espaços ociosos para a instalação das salas de aula do programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná.

Art. 4º O Programa de Alfabetização de Adultos será flexível, devendo ser adaptado conforme a realidade de cada comunidade e da estrutura disposta para este fim.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de proporcionar aos educandos, com idade superior a 14 (quatorze) anos, a iniciação ao ensino básico: ler, escrever e efetuar operações matemáticas, visando a sua maior participação na sociedade, despertar a consciência dos direitos e deveres, bem como sua responsabilidade diante da comunidade, suscitar o sentimento da dignidade e dos valores essenciais da vida humana, assim como a capacidade de avaliar criticamente os acontecimentos, ou até mesmo interferir neles e auxiliar os educandos a superar o desafio cada vez maior do uso das novas tecnologias.

O Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná tem a finalidade de atender a um público que não pode ou não consegue se matricular nas escolas regulares, por se sentirem envergonhados e/ou incapazes de frequentar as referidas escolas, ou por não disporem de escolas em locais de fácil acesso.

Acreditamos que a alfabetização é indispensável para que o País possa crescer, reduzindo ao mesmo tempo os desequilíbrios internos da Nação e as desigualdades entre os indivíduos.

Segundo o último censo do Ministério da Educação existem 649.000 adultos analfabetos que vivem no Estado do Paraná. Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 087/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O poder público concederá auxílio para a compra de aparelhos aos portadores de deficiência física, comprovadamente necessitados.

Art. 2º A concessão condicionar-se-á à comprovação da necessidade do uso de aparelho, através de parecer médico especializado em reabilitação física, emitido por profissional habilitado.

Art. 3º Para a concessão do benefício, o órgão competente poderá definir os critérios que atestem a necessidade financeira do deficiente físico.

Art. 4º Esta lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Haja vista a dificuldade dos deficientes físicos em adquirir equipamentos de auxílio para desenvolver suas atividades cotidianas (relacionadas à locomoção, visão, audição, etc), proponho forma alternativa de o Estado suprimir a necessidade de tais deficientes, que poderá se dar por financiamento devidamente regulamentado pelo órgão competente.

É necessário salientar de modo especial os problemas gerados pelas deficiências nos países em desenvolvimento. Nada menos de 80 por cento do total das pessoas deficientes vivem em zonas rurais isoladas nos referidos países. O problema se agrava devido ao fato de que, de maneira geral, as pessoas deficientes são extremamente carentes, vivendo frequentemente em zonas nas quais os serviços médicos e afins são escassos, ou totalmente inexistentes, e onde as deficiências não são, nem poderiam ser, detectadas a tempo.

Quando as pessoas recebem os cuidados médicos necessários, se chegam a recebê-los, a deficiência já pode ter se tornado irreversível.

Em muitos países, não há recursos suficientes para se detectar e impedir a instalação de deficiências, nem para atender às necessidades de serviços de reabilitação e de apoio para a população atingida. Não há um número suficiente de pessoal qualificado e faltam pesquisas sobre novas estratégias e abordagens mais eficazes para a reabilitação e a criação de aparelhos e equipamentos para as pessoas deficientes. No Paraná, além disso, o problema das pessoas deficientes vê-se agravado pela explosão demográfica que aumenta inexoravelmente o seu número, tanto em termos relativos quanto absolutos.

É, pois, urgentíssimo, como prioridade, que o Estado se preocupe em reabilitar e facilitar o acesso aos serviços àqueles que já tenham deficiência.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à primeira oradora inscrita, Sra. Deputada Cida Borghetti.

### ***Deputada Cida Borghetti (PP)***

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Brandão; 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Neivo Beraldin; 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Barbosa Neto; o Presidente que substitui, Deputado Elio Rusch; caros Deputados, colegas Deputadas, convidados que aqui estão, imprensa.

Quero inicialmente cumprimentar as funcionárias desta Casa, parabenizando pelo Dia Internacional da Mulher. A mulher que vem conquistando o seu espaço, o espaço importante, não só no Brasil, mas em nível de mundo. Parabenizar a nova Presidente do Chile, Michelli Bachelet que assume a presidência daquele país, enobrecendo a classe das mulheres que colocam o seu nome à disposição daquele país e, também, a nós mulheres que colocamos o nosso nome à disposição do nosso Partido e da população do Paraná.

Homenageamos aqui cada voto que recebemos e devolvemos à população um trabalho prestado. (Lê):

*Aos onze dias do mês de janeiro de 1835, nesta Vila de Curitiba, na Sala de Sessões Municipais, foi presente Dona Ritta Annna de Cássia e apresentou sua provisão de mestra das meninas...*

Cabe a nós trazer para junto do coração do povo a figura extraordinária dessa mulher, que pela sua cultura e sentimento, plantou no Paraná, então província paulista, o marco da emancipação feminina. Vivendo numa época de profundos preconceitos sociais, com seu idealismo e sacrifício de sua reputação, ela dilatou os horizontes acanhados para a mulher paranaense.

Ritta Anna de Cássia foi uma pioneira. Foi a precursora de todas as conquistas da mulher paranaense. A matéria sobre a professora Ritta Anna de Cássia, qual foi publicada no Boletim do Arquivo nº 05-1979-Ano IV.

Então, queria deixar esse registro; essa mulher foi a primeira funcionária pública do Estado do Paraná e era uma professora.

Quero, neste momento, saudar os trabalhadores da educação, em especial as professoras que aqui estão, fazendo também essa homenagem a vocês mulheres educadoras do Estado do Paraná.

Quero agradecer ao Presidente desta Casa que, incansavelmente, durante a semana, proporcionou a nós mulheres e também aos homens, grandes homenagens que se iniciou, na segunda-feira, no início da Sessão Plenária, às 14h30m, onde mais de sessenta mulheres que ajudaram a construir este Estado foram homenageadas. Justa homenagem e agradeco às nossas colegas, Deputada Elza, Deputada Arlete e Deputada Luciana, que não mediram esforços com as nossas assessorias para que pudéssemos receber com todo o carinho e com toda a gratidão essas valorosas mulheres que lutaram e ainda lutam por dias melhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, o Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras, Deputadas.

Queremos prestar uma homenagem às mulheres neste dia.

(Lê):

*Feliz do homem que por um dia souber,  
entender a alma da Mulher.*

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Quero saudar neste dia especial, a todas as mulheres, que de uma forma ou de outra, contribuem para um mundo melhor, mais humano e mais fraterno. Quero, sobretudo, saudar as companheiras Arlete Caramês, Cida Borghetti - líder do nosso Bloco - Luciana Rafagnin e Elza Correia, que enobrecem esta Casa com seus mandatos.

Quero saudar, de forma especial, a todas as funcionárias, de todos os setores, que com o seu trabalho tornam o nosso mandato mais fácil e mais eficaz. Àquelas que trabalham na limpeza, nas copas, nos elevadores, nas assessorias, secretarias, comissões, cerimonial, taquigrafia, nos restaurantes, enfim, a todas as companheiras que cumprem com sua jornada de trabalho e desempenho, sempre de maneira simpática, a tarefa de nos auxiliar para que façamos do nosso mandato, extensão desta Casa para o atendimento de outras mulheres, tantas paranaenses que lutam lá fora pela vida. Quero saudar às jornalistas da Divulgação e do Comitê da Imprensa, que fazem nossa atuação chegar à população, dando visibilidade a esta Casa.

Senhor Presidente!

Desde 1975, quando foi instituído pela Organização das Nações Unidas, o Dia Internacional da Mulher, vem sendo comemorado sempre com mais e mais conquistas, mas, embora as mulheres representem 52% da população e 45% da população economicamente ativa, sua participação política ainda é acanhada, a ver por este Parlamento, apenas quatro. No total, no Brasil, cerca de 9% das cadeiras são ocupadas por mulheres. Mas, é crescente a sua participação em todos os setores.

Como diria Luís Fernando Veríssimo, este poeta extraordinário, que tão bem entende a alma das mulheres, “elas não são humanas. São espiãs. Espiãs de Deus disfarçadas entre nós”. Diz ele, até mesmo o sexto-sentido delas não faz sentido. É a comunicação direta com Deus. E não satisfeitas em gerar a vida, em ensinar a vida, elas insistem em ensinar a vivê-la, de forma íntegra, oferecendo amor incondicional e disponibilidade integral.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, companheiras todas de trabalho, com suas simpatias, seus sorrisos, tornam tão melhor o nosso dia-a-dia.

Queiram aceitar esta nossa singela homenagem, no Dia Internacional da Mulher.

Peço à Mesa que inclua na Ata dos trabalhos, dois poemas que trago como contribuição. Um de autoria desconhecida e o outro já citado de Luís Fernando Veríssimo.

Feliz o homem que por um dia souber entender a alma da mulher.

Felicidades a todas, neste dia 08 de Março.

Muito obrigado.

## MULHERES

Luiz Fernando Veríssimo

*“Certo dia parei para observar as mulheres  
e só pude concluir uma coisa:  
elas não são humanas. São espiãs.  
Espãs de Deus, disfarçadas entre nós.*

*Pare para refletir sobre o sexto-sentido.  
Alguém duvida de que ele exista?  
E como explicar que ela saiba exatamente qual  
mulher, entre as presentes, em uma reunião, seja  
aquela que dá em cima de você?*

*E quando ela antecipa que alguém tem algo contra  
você, que alguém está ficando doente  
ou que você quer terminar o relacionamento?  
E quando ela diz que vai fazer frio e manda você  
levar um casaco?*

*Rio de Janeiro, 40 graus, você vai pegar um avião  
para São Paulo. Só meia-hora de voo.*

*Ela fala pra você levar um casaco, porque “vai  
fazer frio”... Você não leva. O que acontece?  
O avião fica preso no tráfego, em terra, por quase  
duas horas, depois que você já entrou, antes de  
decolar. O ar condicionado chega a pingar gelo  
de tanto frio que faz lá dentro!*

*“Leve um sapato extra na mala, querido.  
Vai que você pisa na poça...”  
Se você não levar o “sapato extra”, meu amigo,  
leve dinheiro extra para comprar outro. Pois o seu  
estará, sem dúvida, molhado...*

*O sexto-sentido não faz sentido!  
É a comunicação direta com Deus!  
Assim é muito fácil...  
As mulheres são mães!  
E preparam, literalmente, gente dentro de si.  
Será que Deus confiaria tamanha responsabilidade  
a um reles mortal?*

*E não satisfeita em ensinar a vida  
elas insistem em ensinar a vivê-la,  
de forma íntegra, oferecendo amor incondicional e  
disponibilidade integral.  
Fala-se em “praga de mãe”, “amor de mãe”,  
“coração de mãe”...  
Tudo isso é meio mágico...  
Talvez Ele tenha instalado o dispositivo “coração  
de mãe” nos “anjos da guarda” de Seus filhos  
(que, aliás, foram criados à Sua imagem e semelhança).*

*As mulheres choram. Ou vazam? Ou extravasam?  
Homens também choram, mas é um choro diferente.*

*As lágrimas das mulheres têm um não sei quê que  
não quer chorar, um não sei quê de fragilidade, um  
não sei quê de amor, um não sei quê de tempero  
divino, que tem um efeito devastador sobre os  
homens...  
É choro feminino. é choro de mulher..*

*Já viram como as mulheres conversam  
com os olhos?  
Elas conseguem pedir uma à outra  
para mudar de assunto com apenas um olhar.*

*Elas fazem um comentário sarcástico com outro  
olhar.  
E apontam uma terceira pessoa com outro olhar.  
Quantos tipos de olhar existem?  
Elas conhecem todos...*

*Parece que frequentam escolas diferentes  
das que frequentam os homens!  
E é com um desses milhões de olhares que  
elas enfeitiçam os homens.  
EN-FEI-TI-ÇAM!*

*E tem mais! No tocante às profissões,  
por que se concentram nas áreas de Humanas?  
Para estudar os homens, é claro!  
Embora algumas disfarcem e estudem Exatas...*

*Nem mesmo Freud se arriscou  
a adentrar nessa seara.  
Ele que estudou, como poucos,  
o comportamento humano, disse que a mulher era  
“um continente obscuro”.  
Que evidência maior do que essa?*

*Qualquer um que ama se aproxima de Deus.  
E com as mulheres também é assim.  
O amor as leva para perto dEle, já que Ele é o pró-  
prio amor*

*Por isso dizem “estar nas nuvens”, quando apaix-  
onadas.  
É sabido que as mulheres confundem sexo e amor.  
E isso seria uma falha, se não obrigasse  
os homens a uma atitude mais  
sensível e respeitosa com a própria vida.*

*Pena que eles nunca verão as mulheres-anjos que  
têm ao lado.  
Com todo esse amor de mãe, esposa e amiga,  
elas ainda são mulheres a  
maior parte do tempo.*

*Mas elas são anjos depois do sexo-amor.  
É nessa hora que elas se sentem  
o próprio amor encarnado e voltam a ser anjos.*

*E levitam.  
Algumas até voam.  
Mas os homens não sabem disso.  
E nem poderiam.  
Porque são tomados por um encantamento  
que os faz dormir nessa hora.”*

#### ALMA DE MULHER

(autor desconhecido)

*Nada mais contraditório do que ser mulher..  
Mulher que pensa com o coração,  
age pela emoção e vence pelo amor.*

*Que vive milhões de emoções num só dia e  
transmite cada uma delas, num único olhar.*

*Que cobra de si a perfeição dá vive  
arrumando desculpas para os erros,  
daqueles a quem ama.*

*Que hospeda no ventre outras almas, da à luz  
e depois fica cega, diante da beleza dos filhos que gerou*

*Que dá asas, ensina a voar mas não quer ver partir  
os pássaros, mesmo sabendo que eles não lhe pertencem.*

*Que se enfeita toda e perfuma o leito, ainda  
que seu amor nem perceba mais tais detalhes.*

*Que como uma feiticeira transforma  
em luz e sorriso as dores que sente na alma,  
só prá ninguém notar.*

*E ainda tem que ser forte, prá os ombros  
para quem neles precise chorar.*

*Feliz do homem que por um dia souber,  
entender a Alma da Mulher!!!”*

Felicidade a todas pelo dia 08/03/06.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Não poderia deixar de, no Dia Internacional da Mulher, registrar uma perda lamentável de uma professora que morre aos 94 anos em Curitiba, dos quais 77 ela dedicou ao trabalho, à arte de ensinar. Essa professora faleceu, Diva Vidal, está nos deixando hoje, mas deixou entre nós os ensinamentos por ela prestados durante 77 anos.

Obrigado!

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de anunciar a presença do Vereador Márcio Andrade, Vereador Rodolfo Santos, ambos do PPS de Nova Fátima, que se encontram aqui conosco, dando-nos a honra da sua presença.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado, sejam bem-vindos.  
Com a palavra, Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Neste dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, estamos trazendo a esta Casa de Leis um requerimento que foi aprovado na tarde de ontem, que é de minha autoria, solicitando a reconsideração por parte do Sr. Governador Roberto Requião, em relação aos auxiliares administrativos que prestam serviços no âmbito da educação estadual, e que exercem funções práticas, como merendeiras e faxineiras, e que infelizmente não conseguiram passar no concurso público e que vão deixar agora as suas atividades.

Casos emblemáticos para serem destacados num dia como hoje, Dia Internacional da Mulher, como o da Dona Maria Conceição Rodrigues, da Dona Maria Lúcia Caquiatório, da Olga Costa Godoi, Lúcia Justino da Silva, Ângela Maria Balbino, Maria do Socorro Souza. são todas heroínas anônimas que dedicaram os melhores anos de suas vidas ao Estado, como a Dona Olga, que foi contratada pelo Estado como auxiliar de serviços gerais pelo regime CLT, há dezesseis anos faz essa situação.

O Estado exigiu que ela concluísse o primeiro grau, ela o fez, foi intoxicada por cera fazendo a limpeza da escola, ficou internada vários dias, e em decorrência disso está com problema de urticária, até hoje a sua saúde, estando debilitada, obriga-lhe a tomar remédio para controlar a doença; a Dona Lúcia Justino da Silva, que há dezessete anos trabalha também nesta função de merendeira, e em decorrência do esforço físico que a função exigia, ficou com problemas no braço, teve que fazer cirurgia, e até hoje está com problemas de saúde porque faz a faxina lá na Escola Vani Ruis Viesse, no Conjunto São Lourenço, na Zona Sul de Londrina.

Estamos pedindo ao Governo do Estado, que é claro, estabeleça as metas, mas que respeite as provas de títulos, os anos trabalhados, para que essas mulheres possam continuar prestando esse grande serviço, principalmente neste momento de transição, para que as próximas que sejam contratadas respeitem a lei com o grau de escolarização que exige essa nova adequação, mas que essas mulheres, que terão que entrar com ação na Justiça para receber os seus direitos trabalhistas, porque precisam ser justificados esses anos trabalhados, essas mulheres, na verdade, não tenham que entrar com essas ações, que permaneçam no Estado até pelo menos a sua aposentadoria, e que as próximas, sim, respeitem essa nova legislação.

Não se pode corrigir as distorções de longos anos numa só atitude por parte do Governo do Estado. Pelo menos nesse período, queremos que os erros do passado

sejam consertados, mas de forma gradativa, paulatina, respeitando o direito dessas mulheres.

Muitas vezes o que diferencia um administrador público é a sua sensibilidade, é a questão da justiça social. E é esse apelo que fazemos na tarde de hoje, através de um requerimento já aprovado nesta Casa ao senhor Governador, principalmente no dia em que se comemora mais uma vez a classe feminina exaltada, como deveria ser todos os dias, o Dia da Mulher não deveria ser só no dia 08 de março, mas todos os dias. E na tarde de hoje, estamos fazendo este apelo para que essas mulheres sejam respeitadas, e premiadas até. Como essas que mencionei estão outras centenas e até milhares que vão ter que deixar o quadro público.

Mas, se houver a sensibilidade em prol dessas mulheres, teremos certeza que essas distorções podem ser corrigidas. E isso quem pode fazer é o Governador Roberto Requião.

Estaremos aguardando resposta, quem sabe dar uma notícia positiva, não só para essas auxiliares administrativas, mas todas as que fazem parte do quadro do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não poderia ser diferente, hoje, qualquer pronunciamento nesta Casa, que não se referisse à data de 08 de março.

Quero fazer uma reflexão lembrando que 8 de março, se é um dia para ser comemorado, é um dia também para lembrarmos o porquê de comemorarmos.

Não foi uma data estabelecida por alguém, mas conquistada pela luta das mulheres que resistiram a uma greve e foram queimadas.

Então, hoje, o dia não é só de comemoração, mas para lembrarmos a violência que sofrem as mulheres no nosso país e no mundo. Lembrarmos de desigualdade que são submetidas as mulheres do nosso país. E vemos que somos uma sociedade totalmente desigual. Nessa desigualdade somos mais desiguais entre aqueles que, num mesmo ambiente de trabalho se diferenciam não pela capacidade, não apenas pela cor, mas também pelo sexo, do que qualquer indicação.

Nesse sentido, gostaria de fazer uma referência para uma matéria publicada, embora em 18 de fevereiro de 2004, mas que não se alterou de lá para cá.

Em 30 anos, a participação das brasileiras no mercado de trabalho cresceu cerca de 20%. Mas, apesar de índices aparentemente animadores, a realidade é dramática: elas ocupam os piores empregos e ganham, em



média, 35% a menos do que os homens, conforme pesquisa do IBGE de 2001.

É óbvio que de lá para cá os índices, em termos de valores pioraram, porque nós atravessamos um período grande de desemprego. E as mulheres são as primeiras a sofrer qualquer crise que qualquer país atravessasse.

Em 1973, as mulheres representavam cerca de 30% da população economicamente ativa brasileira. Em 2001, compunham 50% do total dos trabalhadores. Desse total, 50% desempenham trabalhos domésticos.

O trabalho doméstico abriga 50% da mão-de-obra do país, num salário médio, nessa época, de duzentos e quarenta reais.

O que mais me chamou a atenção de uma pesquisa recente, é a violência contra a mulher. Ela é expressa por dados que fazem com que tenhamos que refletir. E não apenas hoje, principalmente hoje.

De acordo com a OMS, em todo mundo, de 10% a 34% das mulheres foram agredidas. Setenta por cento das agressões acontecem dentro da própria família, e o principal agressor é o marido ou companheiro.

Mas de 40% da violência resulta em lesões corporais graves, causadas por soco, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos. Vinte três por cento das mulheres estão sujeitas à violência doméstica, segundo pesquisa realizada em 54 países, pela Sociedade Mundial de Vitimologia da Holanda.

Pesquisa publicada em 2001, pela Fundação, Perseu Abramo, intitulada "A Mulher Brasileira no espaço público e privado", estima que 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no país. O que significa que, em média, são 175 mil mulheres espancadas por mês; 5,8 mil mulheres espancadas por dia; 243 por hora; 4 por minuto e uma a cada quinze segundos. Ou seja, neste período em que estou usando a tribuna, pelo menos quatro a dez mulheres já foram espancadas.

O resultado dessa pesquisa mostra que o marido é o maior agressor, apontando como responsável por 70% das quebraadeiras,...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Vou usar o Horário da liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. tem dez minutos.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança do PT***

O SR. TADEU VENERI

Continuando...

70% dessas agressões acontecem dentro da própria família. O agressor é o próprio marido, responsável por

70% das quebraadeiras, 56% dos espancamentos e 53% das ameaças com armas à integridade física.

Em segundo, lugar aparece o ex-marido, ex-companheiro e ex-namorado, como autor das agressões. Isso reforça a tese que a mulher ainda é vista como uma propriedade, como uma peça, como um objeto a ser utilizado e não como uma cidadã, que deve ter seu lugar na sociedade como qualquer cidadão.

A violência doméstica tem incidência maior que a violência das ruas ou a violência urbana: 19% já sofreram algum tipo de violência e 43% são vítimas de violência sexista. Das mulheres que sofrem violência sexista, 33% disseram serem vítimas de violência física: ameaça ou cerceamento (24%), agressão (22%) e estupro ou abuso sexual (13%). Nesse aspecto, gostaria de fazer mais uma consideração:

Hoje, infelizmente, temos uma visão diferente sobre essa relação, mas ainda é extremamente comum vermos mulheres que são estupradas e, depois, acusadas de serem as que provocam essa ação por usarem roupas provocantes ou estarem em situação que incitaria o estupro, como se isso fosse um objeto a estar à disposição daquele que pratica a violência.

Para as mulheres entrevistadas pela pesquisa da FPA, as razões pelas quais são agredidas revestem-se de explicações simplificadas. Acredita-se que o álcool e o ciúmes são os maiores determinantes para os atos de agressão, quando, na verdade, Sras. e Srs. Deputados, o álcool e o ciúme, na maioria absoluta das vezes, são desculpas para agressão e não os responsáveis pela agressão. Não se agride por beber, bebe-se para agredir. Isso tem que ficar muito claro.

São inúmeros os casos de homens que chegam em casa, espancam mulheres e filhos, mas que primeiro bebem para fazer isso, porque se estiverem sãos não têm uma desculpa para si mesmos para cometer atos de barbarismo, como os que são cometidos.

O ciúme é apontado por 21% das mulheres, e distúrbios psicológicos, seja álcool ou agressividade, por 32%. O machismo foi apontado por 14% das mulheres.

Quero que façamos uma reflexão sobre essa pesquisa porque ela é trágica. Muitas das nossas companheiras e muitos daqueles que vivem neste mundo de violência ainda creditam a fatores externos e a fatores que são não explicáveis de uma forma tão fácil as agressões que sofrem. Como se o mesmo homem que bate em uma mulher, em uma criança o fizesse com a mesma facilidade com outros homens, com o seu chefe ou com o seu superior imediato.

Nós temos aqui funcionários públicos, pessoas que tratam com os usuários e sabem que esses usuários agredem verbalmente e, muitas vezes, até fisicamente, muito mais as mulheres do serviço público do que os homens, tanto é que aqui em Curitiba e, agora, no Estado do Paraná, temos que colocar vigilantes ou pessoas da Guarda Municipal dentro das unidades de saúde para que as enfermeiras e atendentes não sejam agredidas, tanto

por homens como por mulheres, mas principalmente por homens.

No mundo, um em cada cinco dias de falta ao trabalho é decorrente da violência sofrida por mulheres em suas casas. 25% de trabalho perdido pelas mulheres decorre da violência doméstica, segundo estudos feitos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica.

De acordo com dados divulgados pelo BID, na América Latina e Caribe, a violência doméstica compromete 14,6% do produto interno bruto da região, cerca de 170 bilhões de dólares anualmente.

O Brasil é apontado como o país que mais sofre com o problema, perdendo cerca de 10,5% do seu PIB, o que representa 84 bilhões de dólares anuais.

Segundo avaliações, quatro milhões de mulheres, de meninas, são compradas e vendidas no mundo inteiro, aos futuros esposos, ou comerciantes de escravas. Somente na região Sudoeste da Ásia, por volta de setenta milhões de mulheres e de crianças foram vítimas de tráfico sexual nos últimos dez anos. Na Índia, cinco mulheres em média, são queimadas todos os dias por motivos ligados aos seus dotes. Em outros casos nunca são assinados.

E vejam, a Índia, hoje, ainda é tida por algumas pessoas como sendo referência de crescimento e de civilização. Se essa é a referência de civilização, não é esta referência que temos que ter.

Uma pesquisa realizada nos quinze países membros da União Européia, que detiveram parte do maior PIB do mundo em 2000, revela que 2% das trabalhadoras, o que significa três milhões de pessoas, foram assediadas sexualmente no trabalho. E 9% de trabalhadores e trabalhadoras foram intimidados e assediados moralmente.

Hoje, esses dados, sem dúvida nenhuma, são muitos maiores por quê? Porque nós acostumamos, infelizmente produzimos algumas situações que no dia-a-dia deveriam muito mais nos envergonhar do que fazer com que apenas olhássemos às situações como sendo parte da normalidade.

Dividimos, desde o mundo do trabalho até à hora em que nossas crianças fazem as brincadeiras dentro da escola. Quem daqui não conhece a criança que se veste, a menina de rosa e o menino da azul. Brinca o menino com caminhão, com revólver na mão, com carrinho ou qualquer outra coisa, e brinca a menina com boneca. E não se misturam essas coisas porque uma coisa é de menino e outra é coisa de menina.

E assim, educamos uns para serem dirigentes e outros para serem dirigidos; uns para saírem de casas para ser “o chefe da família”, outras para ficarem como “a rainha do lar”. Uma coisa abjeta e absurda que felizmente também está sendo superada. Mas, não está sendo superada apenas pela vontade e pela decisão de alguns poucos. Está sendo superada pela luta e pelo dia-a-dia

dessas que não aceitam a divisão como se ela fosse normal, como se ela fosse algo do destino, como se fosse algo que devesse ser visto como uma coisa imutável.

Por isso, companheiras e companheiros de caminhadas e de luta, quero, neste dia, dizer que essa reflexão é obviamente muito pequena, mas ela serve para que talvez pensemos naquilo que a Marina Colassanti, numa de suas grandes poesias, fala: “Eu sei, mas não devia.” Faça com que nós todos em determinado momento, talvez, tenhamos que ler esta poesia porque ela diz exatamente isso: “Eu sei muitas vezes que as coisas não estão certas. Mas eu aceito. Eu sei, mas não devia.” E é uma bela poesia para o dia de hoje. Porque mais do que poesias, devemos lembrar que o dia de hoje é um dia de luta. Um dia de romper com comportamentos.

Não basta fazermos apenas declarações de boas intenções. É preciso, sim, que os nossos companheiros mudem o comportamento. Não dá para falar numa sociedade socialista quando os companheiros, muitas vezes nossos, que fazem esse discurso não podem ver uma mulher na frente, sem que pensem nela como um objeto a ser usado. Não dá para falar em igualdade, se o homem em casa não é capaz de pegar um filho e trocar uma fralda. Não dá para falar em igualdade, se na hora que uma criança precisa ir ao médico, é a mãe que leva, porque o pai tem outras atribuições.

Quero passar ao Deputado Neivo Beraldin, apenas lembrando que a nossa Bancada, ontem, fez uma reunião e estará na segunda-feira, para tomar uma decisão com relação ao nome de uma companheira, colocada para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a professora Dora, que é procuradora da Universidade Federal do Paraná e que, talvez, pela primeira vez tenha condições de ser eleita uma mulher negra e paranaense.

Parabéns a todos e a todas! E muita luta, porque é disso que precisamos.

**(Aplausos)**

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Deputado Tadeu Veneri, solicitei o aparte a V. Exa., porque fez o pronunciamento com dados e, naturalmente, enaltecendo aquelas que merecem toda a nossa homenagem, que são as mulheres do mundo inteiro.

Como disse V. Exa., a professora Dora, que é afrodescendente, inscreveu-se para ser a conselheira do Tribunal de Contas. Doutora e procuradora da Universidade Federal do Paraná, talvez, um dos melhores e grandes currículos apresentados na comissão, dentre mais vinte e três inscritos. Veja que mudanças - Deputado Tadeu Veneri -, tivemos nesse processo de escolha de conselheiro do Tribunal de Contas: vinte e quatro pessoas inscritas. Nunca aconteceu isso na história da Assembleia Legislativa do Paraná. A sociedade está clamando por inclusão social.

Quero encerrar, cumprimentando V. Exa. e a todas as mulheres que merecem a nossa homenagem.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado André Vargas.

### ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes nesta Casa, em especial, nossas companheiras, mulheres, aquelas que serão homenageadas, aquelas que estão aqui acompanhando esse evento das galerias, professoras, médicas e enfermeiras, enfim, profissionais, hoje, é o Dia Internacional da Mulher. Nada mais justo que qualquer pronunciamento, em qualquer momento, desde as relações pessoais, até nas relações políticas, que façamos a devida homenagem.

O Deputado Neivo Beraldin colocou uma questão muito relevante, que é a questão da habilitação de duas mulheres para o Tribunal de Contas do Estado. Isso é histórico. Jamais houve vinte e três inscritos para uma função tão importante. É um espaço de poder o Tribunal de Contas do Estado, como assim o é também a Assembléia Legislativa. Aqui temos quatro mulheres: as Deputadas Elza Correia, Cida Borghetti, Luciana Rafagnin e Arlete Caramês, as quais parabenizamos.

Queríamos também, e esse é o momento, fazer uma reflexão, se é verdade que o fato de ser mulher ou homem, não habilita ninguém para a função A, B ou C. Hoje, tivemos na comissão que ouve os candidatos ao Tribunal de Contas do Estado, também com um forte impacto, com a apresentação de um currículo extenso da professora Dora, procuradora-geral da União, procuradora da Universidade Federal, mulher, negra, habilitando-se e apresentando uma reflexão da importância desse debate, da importância do espaço público ser ocupado de forma equânime entre homens e mulheres, das mais diversas raças e condições sociais.

Muito importante a candidatura dela, assim também como é importante a candidatura da Professora Shirley para o Conselho Nacional de Educação, que também está se habilitando e nós deveremos dar toda força.

É claro que este também é o momento de pensarmos algumas questões que gostaria de apresentar a este Plenário, e uma delas é a necessidade de, usando o atributo de Deputado, solicitar ao Governador deste Estado que, se possível, encaminhe a esta Casa - já tarda - a proposta de criação da Secretaria ou Coordenadoria Especial da Mulher. Nós não temos! É lamentável que isso ocorra ainda. Estamos próximos de um pleito eleitoral, mas ainda assim, ontem, a Dra. Nilcéa Freire aqui esteve, inaugurando um espaço importante de garantia dos direitos da mulher, de combate à violência e à discriminação, mas ela lá está ocupando um espaço de Ministério para articular as políticas públicas de garantias dos direitos das mulheres.

Temos inúmeros municípios com essa experiência e em Londrina, a cidade de onde venho e tenho meu domicílio eleitoral, desde 93 tem uma Coordenadoria Especial, criada e ocupada inicialmente pela hoje Deputada Elza Correia - então uma liderança política da Cidade - em um Governo do Partido dos Trabalhadores, que era ocupado pelo hoje Secretário do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida. Depois virou Secretaria Especial, uma Secretaria da Mulher, que lá está, até hoje.

Entendo que no Paraná caberia. Nós já temos a Secretaria de Assuntos Metropolitanos de Curitiba. Imagine Kielse: nós já tínhamos a Comec em 2002, a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba, e criou-se uma Secretaria Especial para tratar dos assuntos metropolitanos de Curitiba e não se criou ainda a Secretaria Especial da Mulher. Temos a Secretaria de Assuntos Comunitários, importante também, e ocupada pelo Dr. Milton Buabssi, mas não temos a Secretaria Especial da Mulher. Portanto, seria aconselhável.

Quero também, ao final, fazer uma reflexão que envolve muito as mulheres. Não só as mulheres, mas 83% do quadro de professores do Estado do Paraná são mulheres e nós, ainda que tenha havido alguns avanços na carreira dos professores - sendo que 83% são mulheres - ainda temos uma injustiça: as professoras, em final de carreira, têm um salário máximo de R\$ 1.030,00. No mesmo Estado do Paraná nós, em aprovando o reajuste proposto, teremos um salário máximo para curso superior em outras categorias do Estado, que não os professores, é um quadro especial para os professores, nas demais, teremos um salário máximo de R\$ 2.088,00, tudo se falando em final de carreira. É pouco ainda, mas é uma diferença. Um mil reais de diferença de um professor de nível superior em jornada dupla para um profissional de qualquer outra carreira dentro do Estado. Temos diferença entre os demais municípios: todos os municípios do Paraná, pelo menos a grande maioria dos médios e grandes, pagam pelo menos 50% a mais para os professores e as professoras do que o Governo do Estado.

Portanto, estamos também com lideranças sindicais, apoiamos e reivindicamos integralmente que se abra negociação com os dirigentes da APP, que haja respeito aos dirigentes, e essa pauta tão importante para também garantir o direito à educação das crianças e o direito a um salário digno dos professores e muito especialmente das professoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Cleiton Kielse.

### ***Deputado Cleiton Kielse (PMDB)***

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nossas representantes que aqui estão, de dezenas de entidades, nossas amigas da Apae de Salto do Itararé e de Santana do Itararé, que representam hoje a força da mulher na coordenação de ação social do Estado.

Hoje, mais de 98% das mulheres que coordenam as ações sociais, são mulheres não só guerreiras, mas mulheres que atendem sempre com o coração e com o sentimento de mãe, que sinto em todos os recantos do Paraná.

Por isso, antes de entrarmos no assunto principal da nossa vinda aqui na tribuna, queria parabenizar pelo Dia Internacional da Mulher, dizendo que minha avó, Benedita Ribeiro, professora lá em Marrecas, no Distrito de Bocaiúva do Sul, criou onze filhos, sendo três naturais. E hoje, os três que restam ainda, tirando meu pai que faleceu há alguns dias, todos se formaram em 3º grau, a

partir de uma professora numa escola municipal. Por isso, louvo as mulheres e principalmente a minha mãe que é uma guerreira também.

Aos meus companheiros Vereadores: Francisco Leônida Carneiro; Vanderlei Sartori do Carmo; Marcos Rogério de Oliveira Matos; meu irmão e companheiro Presidente da Câmara Municipal de Ortigueira, leve um abraço à nossa Prefeita de Ortigueira, Marlene Matos, eterna guerreira, que nunca teve medo de qualquer desafio num dos municípios mais pobres do Brasil.

Vim, hoje, com o intento não só de demonstrar uma parceria que formamos há dois anos com as Federações de Esportes do Estado do Paraná e quero citar, aqui, a presença do Comitê Olímpico Brasileiro:

(Lê):

### FEDERAÇÃO DE ESPORTE AMADOR

NOME		COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO
PRESIDENTE		CARLOS ARTHUR NUZMAN/ Representante EDGAR HUGNER
Superintendente de Eventos do COB		BENEDITO RODRIGUES DE OLIVEIRA - membro do COB
1		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE ATLETISMO
II.	PRESIDENTE	UBIRATAN MARTINS JÚNIOR
2		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE AUTOMOBILISMO
II.	PRESIDENTE	RUBENS MAURÍLIO GATTI
3		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BADMINTON
II.	PRESIDENTE	ELIZEU PAULO MACHADO
4		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BASQUETEBOL
II.	PRESIDENTE	AMARILDO ROSA
5		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BEISEBOL E SOFTBOL
II.	PRESIDENTE	FRANCISCO TOKIO TAN/Sr. OSSAMI FUKUDA representante de Curitiba
6		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BICICROSS
II.	PRESIDENTE	SIEGFRIED ROBERTO GRANDER
7		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BOLICHE
II.	PRESIDENTE	REYNALDO MARSOLIK JÚNIOR
8		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BOCHA

**FEDERAÇÃO DE ESPORTE AMADOR**

II.	PRESIDENTE	LUIZ CARLOS STEDILLE DE FREITAS Sr. Marcelino representante
9		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BOXE
II.	PRESIDENTE	PAULO ROGÉRIO BERNARDO
10		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE CAÇA E TIRO
II.	PRESIDENTE	
11		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE CANOAGEM
II.	PRESIDENTE	VALDECIR FERNANDES DA CRUZ
12		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE CAPOEIRA
II.	PRESIDENTE	ANTÔNIO RODRIGUES SANTOS - MESTRE SEGIPE
13		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE CICLISMO
II.	PRESIDENTE	SÉRGIO LUIZ GRASSI
14		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE CULTURISMO
II.	PRESIDENTE	ROBERTO VOTTO BRAGA
15		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE LUTA DE BRAÇO
II.	PRESIDENTE	ROBERTO VOTTO BRAGA
16		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FAUSTBOLL (PUNHOBOL)
II.	PRESIDENTE	CHEDID MILIANO NETO
17		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE DESPORTO UNIVERSITÁRIO
II.	PRESIDENTE	NEY DE LUCCA MECKING
18		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE ESGRIMA
II.	PRESIDENTE	GIOCONDO CÉSAR CABRAL
19		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL DE SALÃO
II.	PRESIDENTE	FIRMINO DIAS LOPES
20		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL SETE-SOCIETY

**FEDERAÇÃO DE ESPORTE AMADOR**

II.	PRESIDENTE	CARLOS DEODORO DE SÁ CHIURATTO
21		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE GINÁSTICA
II.	PRESIDENTE	LUCÉLIA MARIA PISSAIA
22		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE GOLF
II.	PRESIDENTE	JOAQUIM ANTONIO DE OLIVEIRA
23		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE HANDEBOL
II.	PRESIDENTE	
24		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE HIPISMO
II.	PRESIDENTE	NELSON DE JESUS SABOIA RIBAS
25		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE HÓQUEI NA GRAMA
II.	PRESIDENTE	
26		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE JIU-JITSU
II.	PRESIDENTE	
27		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE JUDÔ
II.	PRESIDENTE	RENATO FRUEHWIRT/Ivan Durand Jr. Representante Curitiba
28		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE KARATÊ
II.	PRESIDENTE	ALDO LUBES
29		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE KARATÊ TRADICIONAL
II.	PRESIDENTE	JULIO TAKUO ARAI
30		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE LEVANTAMENTO DE PESO
II.	PRESIDENTE	ADEMAR ANDRADE
31		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE SUBMISSION/ Lutas Livres e Greco-Romana
II.	PRESIDENTE	CRISTIANO RIBAS
32		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO

**FEDERAÇÃO DE ESPORTE AMADOR**

II.	PRESIDENTE	GILBERTO ROSA
33		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE NATAÇÃO (DESPAQUÁTICOS)
II.	PRESIDENTE	MIRLEY LEMOS CORRANO/ REPRESENTANTE EDUARDO RILDEN
34		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE PARA-QUEDISMO
II.	PRESIDENTE	JORGE DERWICHE FILHO
35		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE PENTATLO MODERNO
II.	PRESIDENTE	
36		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE PADDEL
II.	PRESIDENTE	PAULO AFONSO BORRELLI BARBOSA
37		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE REMO
II.	PRESIDENTE	EDSON ACHE JÚNIOR
38		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE SQUASH
II.	PRESIDENTE	RAFAEL ABRÃO
39		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE SURF
II.	PRESIDENTE	
40		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TAEKWONDO
II.	PRESIDENTE	HONG SOON KANG - MESTRE KANG
41		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TÊNIS
II.	PRESIDENTE	JOSÉ LUÍS DEMETERCO NETO
42		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TENIS DE MESA
II.	PRESIDENTE	NELSON KUNIYOSHI
43		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TIRO ESPORTIVO
II.	PRESIDENTE	JAMES WALTER LOWRY NETO
44		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TIRO PRÁTICO

**FEDERAÇÃO DE ESPORTE AMADOR**

II.	PRESIDENTE	MÁRIO BRANDALIZE FILHO
45		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TIRO COM ARCO
II.	PRESIDENTE	PRISCILA DE ALBUQUERQUE
46		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TRIATHLON
II.	PRESIDENTE	LESTER PINHEIRO/EDGAR FANCIN VIANNA
47		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VELA
II.	PRESIDENTE	
48		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEI
II.	PRESIDENTE	NEURI BARBIERI
49		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE XADREZ
II.	PRESIDENTE	CLÁUDIO TANEGUTTI
50		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BEATCH SOCCER
II.	PRESIDENTE	PAULO ROBERTO
51		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE PATINAÇÃO ARTÍSTICA
II.	PRESIDENTE	SÔNIA MARIA SOUZA DA SILVA
52		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE LUTAS
II.	PRESIDENTE	ALEXANDRE LUIZ CALDAS
53		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEVÔLEI
II.	PRESIDENTE	FERNANDO CRUZ SANCHES
54		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL DE AREIA
II.	PRESIDENTE	AIRTON BOHRER OPPITZ
55		
I.	NOME	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CREF
II.	PRESIDENTE	FÉLIX DAVILA
56		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE KICK BOXING



**FEDERAÇÃO DE ESPORTE AMADOR**

II.	PRESIDENTE	DEUCÉLIO CARLOS RODRIGUES - Tricampeão Mundial
57		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MUAYTHAE
II.	PRESIDENTE	RUDHIMAR FEDRIGO/REPRESENTANTES RODRIGO SANTOS - VANDERLEI SILVA
58		
I.	NOME	FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TAEKWONDO STF
II.	PRESIDENTE	ADEMAR ANDRADE
59		
I.	NOME	PARANÁ CLUBE
II.	PRESIDENTE	JOSÉ CARLOS DE MIRANDA
60		
I.	NOME	SINDICLUBES
II.	PRESIDENTE	PAULO ROBERTO COLNAGHI RIBEIRO
61		
I.	NOME	SOCIEDADE HÍPICA PARANAENSE
II.	PRESIDENTE	AIRTON BOHRER OPPITZ
62		
I.	NOME	SOCIEDADE COLUMBÓFILA DO PARANÁ
II.	PRESIDENTE	WELLINGTON OLIVEIRA
63		
I.	NOME	ASSOCIAÇÃO PARANAENSE UNIDADE HARMONIA
II.	PRESIDENTE	ALCEBÍADES RODRIGUES COSTA
64		
I.	NOME	CLUBE ORION
II.	PRESIDENTE	JOSÉ GUIDO SCOTH
65		
I.	NOME	CLUBE CULTURAL DE CURITIBA
II.	PRESIDENTE	EDSON TORQUATO
66		
I.	NOME	CLUBE CURITIBANO
II.	PRESIDENTE	MANOEL DINIZ
67		
I.	NOME	ASSOCIAÇÃO FEDERAÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ - AFEDAP
II.	PRESIDENTE	ORLANDO KULKAMP
68		

**FEDERAÇÃO DE ESPORTE AMADOR**

I.	NOME	ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ESCOLAS DE FUTEBOL
II.	PRESIDENTE	AIRTON LIMA
69		
I.	NOME	ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE ÁRBITROS DE FUTEBOL
II.	PRESIDENTE	CARLOS VIEIRA
70		
I.	NOME	ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS ESPORTIVOS PARANAENSES ACEP
II.	PRESIDENTE	OSVALDO TAVARES DE MELLO
71		
I.	NOME	SINDIC. PROFISSIONAL DE ÁRBITROS
II.	PRESIDENTE	AMORITI DA CRUZ
72		
I.	NOME	ASSOC. PARAN. DE ESPORTES
II.	PRESIDENTE	LEONIDES DREVECH

Solicito a Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Helio Rusch**)

V. Exa. tem dez minutos na Liderança.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PMDB***

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Esses presidentes representam hoje no Paraná, só nos federados do Paraná, mais de 149 mil atletas, 95% pessoas abnegadas, pessoas com sentimento de coragem de tirar crianças de rua, profissionalizar, dar um caminho, dar um esporte, dar uma convivência harmônica nas suas escolas, colégios e faculdades.

Pessoas interessadas nesse projeto, que foi formatado nos últimos dois anos, após dois seminários onde trouxemos mais de mil pessoas. Foram feitas 35 emendas das federações, com todos os índices, das federações paranaenses, do esporte amador olímpico, pára-olímpico e todas as modalidades, juntando entre só os esportes olímpicos, 27; os pára-olímpicos, 23; e mais 28 de entidades administrativas, em paralelo às administrações.

Por isso, num ano que estamos visualizando, que o Panamericano de 2007, no Rio de Janeiro, vai trazer diretamente quase dois bilhões de dólares de recursos externos ao Brasil, sendo que, de investimento do Governo Federal e o Governo do Rio de Janeiro, chega à casa de um bilhão de reais, diretamente em obras e mais trezentos e cinquenta milhões de assistência técnica.

Por isso, o nosso projeto é galgado não só na busca de pequenos recursos dos empresários paranaenses. Eu já falei com mais de dez empresários que querem ajudar a

essas federações, que querem participar, meu companheiro Prefeito de Janiópolis, Jair, que dá está dando assistência às crianças, que queríamos que todos pudessem, como esse Prefeito, também fazer. Mas, mas as federações que têm essa responsabilidade, infelizmente não têm o dinheiro para fazer.

Existe um projeto nacional, um projeto que é a Lei Piva, que as confederações nacionais que não repassam o dinheiro às confederações estaduais, que participam apenas dos grandes eventos, que não repassam, por exemplo, para o meu amigo, que tantas vezes ganhou o título brasileiro de boxes, aqui do Paraná e que faz realmente que todos nós venhamos a refletir o quanto vale o esporte no Paraná e no Brasil.

Tenho certeza que não só esses 403 mil atletas e profissionais, que vão participar no Rio de Janeiro, do Panamericano, mas todo o corpo que nós temos do esporte no Brasil, que poderíamos Sr. Presidente, hoje ter mais de seis bilhões, só com as loterias do Brasil e com o apoio dos estados que têm esse sentimento trazendo as crianças de rua para ser profissionalizadas. Teríamos esse dinheiro, que é uma gordura entre as loterias do Governo Federal, as loterias dos estados, as loterias dos municípios e mais ainda um pequeno percentual de doação do ICM do Estado do Paraná. Seriam seis bilhões, que nós poderíamos dividir. Infelizmente não acontece isso.

Por isso, montamos uma matemática extremamente complexa que se tornou simples a partir de vários projetos que existem aqui na Assembléia, alguns de certa forma similares, que foram apresentados. Mas, neste, buscamos entender as confederações e as federações, o sentimento de cada um. Na hora que o Airton ia promover uma prova que trazia gente do Brasil e do mundo,

aqui para o Paraná, na questão não só na hípica, no hipismo, mas nos amigos do judô que nos últimos eventos juntaram mais de cinco mil atletas, aqui em Curitiba.

Esse é um sentimento que eu tenho como atleta, que meu avô teve como atleta e como o meu pai teve.

Esse sentimento que nós estamos buscando do Governador Requião para que todas as federações paranaenses, independente do nível profissional que hoje nós temos dentro delas, venham a se profissionalizar e venham a ter um trabalho em parceria com as escolas públicas, a nível de Estado e a nível de municípios. Parcerias renomadas, internacionais, que querem vir copiar esse nosso projeto, baseado no número de pessoas que nós podemos, na periferia, no periférico do meandro que nós temos de dificuldade dos recursos apoiar um pouco o recurso dos empresários, 2% apenas que nós tiraríamos do ICM onde o Estado entraria com mais 1% de doação sobre a arrecadação da empresa que viesse a doar. Que só a Coca-Cola, nós já tínhamos levantado este ano, mais de um milhão de reais.

Se pegarmos a Petrobras, que de certa forma, não quero levantar suspeitas sobre ela, gastou o ano passado, só com o vôlei de praia, mais de trinta milhões de reais, que poderiam ser distribuídos em várias federações, em vários esportes, em várias associações, várias entidades que sofrem e choram quando não conseguem trazer os atletas ou para lutarem ou para defenderem os seus municípios, os seus estados.

Esse projeto, que está em pauta hoje, a quem já peço apoio individualmente a todos os Parlamentares, os que estão aqui em plenário e os que virão. Mas, que a gente venha numa briga sólida, não insólita que tivemos alguns tempos passados, tempos que eu quero que não voltem mais, de pessoas que vieram, prometeram e não cumpriram. Que tenhamos um percentual para ajudar lá em Marialva, uma pequena Federação, que venha também do esporte famoso que nós temos de beisebol dos japoneses que agregam mais de dois mil atletas da região. Imagine no Paraná inteiro.

Por isso, venho parabenizar as mulheres no Dia Internacional da Mulher, dizer que temos já aprovados pela Assembléia, em primeira discussão, o nosso projeto que fiz em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher em 2003, da Secretaria de Estado da Mulher, onde já discuti com o Governador Requião, visualizamos uma possibilidade, trazendo tudo o que já foi falado aqui, que tenho certeza vão aceitar nesse sentido, em defesa da mulher, porque nós sabemos das dificuldades que todas as mulheres têm no seu direito mínimo, quanto mais no direito pleno. E que hoje, nos nossos municípios, mais de 50% da mão-de-obra gerada seja de uma bóia-fria, ou seja, de uma empresária, lá no município de Janiópolis, citando a sua presença aqui Jair, é de uma mulher que sustenta a casa dos, dos filhos paranaenses.

Peço apoio nesse projeto, mas ao mesmo tempo, quero ver mais mulheres Presidentes das Federações dos Esportes também. Sei que temos atletas brilhantes no

Estado do Paraná, mulheres especiais que representam muito bem, que participam direta e indiretamente do sentimento de paranista, patriota que sou, para buscar todo apoio para o esporte e também no direito às mulheres.

Obrigado!

#### O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para lembrar um feito, quando Vereador de Curitiba, começamos uma campanha nacional onde conseguimos viabilizar a primeira Delegacia da Mulher do país. O Paraná foi pioneiro nesse caso, a segunda em São Paulo, que vem atendendo as mulheres mais carentes.

Peço a palavra, Pela Ordem, para registrar a presença do nosso companheiro inscrito aqui também para o Tribunal de Contas, José Soavinski e também os Vereadores de Turvo: Jurandir, Hélio, Haroldo, Alvacir, representante da Funai, companheiro de Ortigueira, Vereador Marcos, Vanderlei e Vereador Chico. Também registrar as companheiras da Ação da Mulher do PDT do Paraná, que estão presentes hoje, juntando-se nessa homenagem, justa homenagem às mulheres paranaenses, brasileiras e do mundo inteiro.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Primeiramente registrar a presença das autoridades nominadas, sejam bem-vindas, é um prazer muito grande à Assembléia, recebê-los.

### ***Grande Expediente:***

#### ***Dia Internacional da Mulher***

O Grande Expediente, por proposição das Deputadas Elza Correia, Cida Borghetti, Luciana Rafagnin e Arlete Caramês, da presente Sessão Ordinária, será destinado para explanação da Sílvia Pimentel, sobre o Dia Internacional da Mulher. A Presidência, com muita honra, passa a palavra à Sra. Deputada Elza Correia.

#### ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras.

Estamos, desde o dia 1º de março, com uma agenda bastante carregada, importante, de discussões das questões relativas às mulheres, quebrando o paradigma de que apenas o oito de março é o dia do diálogo, da discussão, da reflexão sobre a questão da condição feminina no Brasil. Portanto, dentro dessa programação, ocuparemos este momento para continuarmos com as nossas atividades; em seguida teremos uma grande mesa redonda, ali no plenarinho, para, que a Sessão Plenária possa continuar, aí sim, com a palestra da Sra. Sílvia Pimentel.

Queria dizer que hoje, ouvimos vários Deputados, Barbosa Neto, Deputado Scarpellini, Deputado Tadeu Veneri, Deputado Kielse, Deputado Beraldin, mostrando e demonstrando a todos nós o conhecimento e a informação sobre a condição da mulher, os dados estatísticos. E isso é muito importante, porque esse conhecimento em relação à nossa condição no Brasil, faz toda a diferença, principalmente para Parlamentares que recebem da população o poder para ajudarem a construir uma nova ordem social, construir uma nova ordem com mais equidade, com mais generosidade, com mais respeito entre os gêneros. Portanto, as falas que me antecederam já colocaram quase tudo o que queríamos colocar, e que estamos colocando há séculos no nosso país.

Queria agradecer muito à presença da Dra. Sílvia Pimentel, da Adriane Müller, artista plástica, que será homenageada hoje também; agradecer à nossa querida Regina Pessuti, uma grande companheira, de mérito, competente, capaz, envolvida com as questões sociais, uma guerreira, e eu coloco por último também esposa do nosso querido Orlando Pessuti, não por ex-mérito, mas porque às vezes a gente costuma apresentar senhora fulana de tal, esposa do senhor fulano de tal, então a Regina tem tantos méritos quanto o nosso querido Orlando Pessuti, por isso, primeiro falamos da sua importância, enquanto cidadã, enquanto mulher, mas também e felizmente esposa de um grande companheiro, nosso Vice-Governador e Secretário da Agricultura no Estado do Paraná.

Queria agradecer muito à presença da Tatiane, não está mais aqui? Estava aí até agora pouco, a Tatiane, ex-Vereadora em Sertãozinho; agradecer à presença da Roseli Maria Masiero de Campos, nossa querida companheira, Vereadora em Toledo, que nos visita hoje; à Sra. Sandra Lia Bazo Barvinski, Presidente da Comissão da Mulher Advogada, a OAB do Paraná; também a Maria Goretti que tem sido uma companheira extraordinária na luta em defesa das mulheres, conselheira também, temos várias outras conselheiras, enfim, a presença de todos os senhores que estão aqui.

Queria dizer que foi colocado aqui algumas questões de relevância, e eu pediria que muitas delas fazem parte já do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, que é, eu diria, o documento mais importante que temos neste momento, que ali se resume o pensar, a luta das mulheres brasileiras, - eu cito aqui a minha querida Sílvia como precursora desse grande movimento, dando visibilidade às mulheres brasileiras.

Portanto, esse plano nacional foi construído por cento e vinte mil mulheres no Brasil e por duas mil mulheres aqui no Estado do Paraná e na nossa Conferência Estadual mais de oitocentas mulheres que contribuíram com o plano nacional com mais de trezentas propostas em várias áreas. Esse é o grande documento. Temos muitos documentos no qual o Brasil é signatário. Mas agora, século XXI, 3º milênio, é hora de essas propostas todas saírem do papel e serem transformadas em realidade.

Para isso, é preciso a contribuição, a participação de todas as mulheres, dos homens também e, fundamentalmente, dos poderes constituídos. E aí sim, com políticas públicas, poderemos estar avançando a construção dessa nova ordem, desse novo mundo que temos também a obrigação de ajudar a construir.

Esqueci de falar do Deputado Cleiton Kielse, que também prestou a sua homenagem à mulheres.

O Governador Roberto Requião, em parceria, com o governo federal, inaugurou o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência, primeiro de Curitiba e Região Metropolitana. Temos em Londrina, em outros municípios, temos, inclusive, a Secretaria da Mulher em Maringá.

Em Londrina fui precursora e criamos o 1º Centro da Mulher em 1994, e que ganhou um prêmio nacional da Fundação Ford. Tudo é muito pouco em relação ao tamanho da violência no Brasil, mas importantes instrumentos na defesa dos direitos da mulher.

O Governo do Estado do Paraná assinou o pacto nacional de políticas públicas para as mulheres; um outro pacto que é redução de mortalidade materna, com a grande contribuição da companheira Goretti.

Portanto, a questão colocada pelo Deputado André Vargas, em relação à Secretaria da Mulher, é tema de discussão das mulheres do Brasil e do Paraná. Foi agenda nas nossas conferências e, naquele momento as mulheres do Paraná, que fazem parte do Conselho, entenderam que era preciso fortalecer o Conselho, e num segundo momento, a Secretaria da Mulher. Essa é uma proposta antiga. O Governador Roberto Requião já tem conhecimento, desde que era Senador, e tem conversado conosco dessa necessidade, e sem dúvida nenhuma vai garantir ao Estado do Paraná, essa Secretaria.

O ideal seria que nós, mulheres brasileiras, não precisássemos mais nem de Secretaria, nem de Coordenadoria, nem de Delegacia, nem de Conselhos da Mulher. Isso só vai acontecer quando todas formos tratadas como cidadãs de primeira classe e respeitadas como agentes também transformadoras da história do nosso Estado e país.

É uma longa caminhada. As vezes cansadas, mas avançando quilômetros e quilômetros para chegarmos lá na reta final, que é uma sociedade feliz e solidária para todos nós, homens e mulheres.

Vamos fazer uma homenagem eu e as Deputadas: Cida Borghetti, Luciana Rafagnin e Arlete Caramês. As quatro Deputadas que representam as mulheres do Paraná e apoiadas pelos cinquenta homens aqui. E já dobramos 100%. Na legislatura passada éramos em duas e 100% representa quatro. Queremos 500% para equiparar o percentual aqui na Assembleia Legislativa.

Temos aqui a presença da Dra. Sílvia Pimentel - professora da PUC-SP, vice-Presidente do Comitê Cedaw - Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher da Organização das Nações Unidas e Conselheira do Comitê Latino Americano e do

Caribe para defesa dos direitos da mulher - Cladem. Membro do Comitê de especialistas do Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria e do Conselho Fiscal do Coletivo Feminista. Autora de mais de dez livros na área dos direitos da mulher.

E dizer que esse comitê é de fundamental importância, porque é um organismo importante, ao qual se recorre quando se esgotam todas as esferas judiciais, na questão da discriminação da mulher. Não é um órgão qualquer e a presença da senhora honra muito o Estado do Paraná, a Assembléia Legislativa e todos os homens e mulheres que fazem parte desta Casa e deste Estado.

Queria pedir, neste instante, à minha querida colega Cida Borghetti, que fizesse, em nome das Deputadas e de todos os Deputados desta Casa, uma homenagem entregando à professora e Dra. Sílvia Pimentel, o “pinhão de ouro”, que é o símbolo do nosso Estado, com todo nosso respeito e consideração.

**(Cida Borghetti entrega o “pinhão de ouro”  
para Sílvia Pimentel)**

Autorizada pelo Presidente, queria que a Dra. Sílvia usasse a palavra, por alguns minutos, para agradecer e, depois, vamos descer para a palestra.

***Dra. Sílvia Pimentel***

A SRA. SÍLVIA PIMENTEL

Querida Elza; querido Sr. Presidente; prezadíssimos Srs. Deputados; prezadas Deputadas.

Quero dizer da minha alegria, da minha satisfação e da honra que sinto em estar aqui no plenário desta Casa.

Agradeço pelo avião da Varig ter cancelado e eu estar falando e ter tido a oportunidade de escutar a tantos dos senhores. Agradeço, porque me deu uma satisfação tão grande de velha guerreira, há trinta anos lutando e buscando levar a nossa fala, a nossa linguagem, o nosso discurso ao Brasil, ao mundo, e chegar aqui no Paraná e escutar os Srs. Deputados homens, colocando a nossa problemática de mulheres com tanta adequação.

Tantas e tantas vezes eu passei por situações tão constrangedoras de homens querendo acertar e, muitas vezes, realizam, sem nenhuma consciência, erros e equívocos crassos na percepção e na apresentação da nossa problemática. Então, quero cumprimentar de coração aos senhores.

Nesta Casa temos quatro mulheres guerreiras. Na outra legislatura eram duas e, agora são quatro. Espero que sejam oito, dezesseis, trinta e dois e que logo chegue aos 50%.

Quero dizer que na ONU temos insistido, junto aos vários países do mundo, que um dos aspectos fundamentais da igualdade dos direitos da mulher é o da igualdade nos espaços políticos de poder: no Legislativo, no Executivo, no Judiciário e em todos os outros, inclusive, do mundo empresarial.

É com muita alegria que constatei, nesta Casa, a indicação à candidatura de mulheres ao Tribunal de Contas e, inclusive, uma mulher afro-descendente. Quero dizer aos senhores e senhoras que foi muito difícil aqui estar, mas estou muito agradecida por tudo que estou constatando e pelo prazer de estar vivenciando este dia.

Um abraço especial. Um beijo à Elza e que todos recebam esse beijo.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Obrigada, Dra. Sílvia.

Queria dizer ao Presidente e às colegas Deputadas, que tenho muito orgulho de fazer parte desta Legislatura, assim como tenho certeza que as nossas companheiras também, porque tenho tido o apoio incondicional de todos os nossos companheiros, indistintamente, em relação aos temas da mulher, muito especialmente o nosso Presidente Hermas Brandão, que tem dado um espaço extraordinário nesta Casa para nós.

Inauguramos aqui, no rol de entrada do prédio da Assembléia, uma homenagem às Deputadas que fizeram parte desta Casa. Foi aprovado por unanimidade no plenário, e está lá para todo mundo que entra na Assembléia Legislativa, observar as doze mulheres que passaram aqui pela Assembléia Legislativa até agora em 151 anos, mais de um século e meio de existência da Assembléia Legislativa. Hoje, temos uma galeria “Mulheres no Poder Legislativo” graças ao apoio também e o voto dos nossos companheiros para o nosso requerimento.

Queria também dizer rapidamente que vamos homenagear a Adriane Muller. Adriane Muller é uma escultora que criou o “pinhão de ouro” exclusivamente para a Assembléia Legislativa, que a Dra. Sílvia Pimentel recebeu agora, o símbolo do nosso Estado. E ontem, fizemos homenagem a várias mulheres, a nossa escultora não estava presente porque estava viajando para receber um prêmio importantíssimo, mas está aqui hoje.

A escultora Adriane Muller, que por dois anos desenvolveu, dentro da maior Penitenciária do Paraná, um projeto de profissionalização de presos, através da arte. E todo esse trabalho está sendo contado neste livro, chamado “Um caminho para a Liberdade”, impresso pela Imprensa Oficial, que será lançado no Ministério da Justiça em Brasília e pelo Governo do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura.

A história de Adriane conta que ela foi inscrita num concurso nacional para mulheres empreendedoras do Sebrae. E de 1400 histórias, seu trabalho está entre as dez melhores do país e foi finalista, premiada por este importante trabalho que ela desenvolve.

Então, Adriane, como todas nós, vem vencendo desafios. E o grande desafio foi trabalhar com homens encarregados e como artista, tem o seu trabalho reconhecido inclusive no exterior. E agora, em 2006, completará mil peças que a Assembléia Legislativa, nesses dez anos, entregou esta obra a vários homenageados construindo um pouco da história do Paraná.

Ela é a grande premiada pelo Sebrae Nacional em Brasília, como mulher empreendedora no ano, na categoria empresário. Ganhou este troféu lindo que ela pediu para mostrar a todos, que é realmente um trabalho de um artista plástico maravilhoso porque é uma mulher carregando uma bandeira. Então, essa bandeira, que sem dúvida nenhuma só vai chegar ao seu destino final se também for segurada pelos homens, nossos companheiros do cotidiano, da nossa vida.

Então, queria pedir à minha querida Arlete Caramês que fizesse a entrega do buquê de flores à artista plástica. Não vamos entregar o pinhão, que é autoria dela. Mas, a Arlete entrega esse ramalhete de flores em nome dos Deputados e Deputadas estaduais.

Pediria à Adriane que fizesse o agradecimento bem rapidinho para podermos descer para o plenarinho para o nosso grande debate sobre mulher-mídia, mulher e política, com a participação do Sindicato dos Jornalistas e da nossa querida Sílvia Pimentel.

## ***Sra. Adriane Muller***

A SRA. ADRIANE MILLER

Senhoras e senhores, autoridades.

Escutei aqui várias palavras que vou me apropriar para resumir o que quero contar.

A questão da violência, a falta de emprego, falta de preparo, crime, foram palavras que sempre me incomodaram como menina, como mulher, como mãe, esposa e como artista. Há dez anos agraciei esta casa com meu trabalho, através do “pinhão de ouro”, que é uma honra para mim.

Escolhi a minha profissão, a minha arte para transformar paradigmas. E tinha que ser um desafio bastante grande.

Então, dentro de uma idéia que formei para profissionalizar pessoas, eu escolho a Penitenciária Central do Estado, que é a PCE, que fica em Piraquara. Um dos maiores problemas que temos, um ano antes de entrar naquela casa de detenção, ali foi o palco da maior rebelião que houve no Estado. Enfrentei preconceitos por ser mulher, a única mulher civil que entrou dentro daquela casa, durante 750 dias. Tive o pleno apoio do Estado para desenvolver um projeto, que eu sonhava realizar e ele aconteceu. Tive o apoio da Universidade Federal do Paraná, do Sebrae, para poder, através da arte, profissionalizar e humanizar aquelas pessoas, que um dia geraram a violência em nossa sociedade.

Descobri o que uma mulher é capaz. Dentro do meu trabalho, da minha fé e coragem, tive um grande apoio do nosso querido Deputado Orlando Pessuti, que me auxiliou na publicação desse livro, que está sendo editado pela Imprensa Oficial. A história desse livro foi a história que eu contei para o Sebrae Nacional, com 1400 histórias de mulheres empreendedoras do Brasil inteiro, que foram selecionadas para um grande evento, que culminou ontem com a premiação. Foram vinte pré-finalis-

tas e foram homenageadas dez premiadas, em duas categorias: de empresária, que é onde me enquadro e a categoria de cooperativa. Foi uma mulher de cada região do país. Sou a representante do Sul, levei o Paraná com essa história. O nome do livro é “Um Caminho para a Liberdade” e ele foi premiado pela questão do desafio que eu impus.

Consegui implantar dentro daquela penitenciária, uma cooperativa de presos, a primeira do Estado, não sei se do Brasil. Essa cooperativa permitiu com que as mães e as esposas dos presos pudessem estar mais próximas deles, porque o trabalho dignificou aqueles serem desintegrados. Acabei, sem saber, descobrindo um interessante problema: aquele homem que não sabe o que fazer, vai para o crime. Hoje, ele tem uma possibilidade de trabalho. Eles conseguiram formalizar um instrumento jurídico, para se autogerir. Eles não dependem mais do Estado e nem de uma empresa para terem o emprego. Se eles continuarem acreditando nessa história, que eu fiz eles acreditarem - tive muito apoio do Sebrae nesse sentido, a Universidade Federal moldou essa caxinha e hoje são auto-suficientes. No início, eles eram os meus funcionários. Hoje, eles se tornaram os meus fornecedores. Como mulher, na minha profissão, como escultora e artista, entalho pedras e foi o que ensinei a eles. Imaginem vocês, que para cortar uma pedra, são necessárias ferramentas de metal. Eu armei todos eles e não morri.

Obrigada.

**(Aplausos)**

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu queria dizer que temos a presença das companheiras da Rede de Mulheres Negras do Paraná. O Movimento de Mulheres tem trabalhado muito, levando em consideração a questão do recorte de raça e etnia, em uma discussão que as próprias mulheres negras foram ao longo do processo impondo, porque nós mesmas tínhamos essa dificuldade na inserção dessa questão. As mulheres negras enfrentam no Brasil a discriminação dentro da discriminação. Às mulheres negras estão destinadas as atividades de menor prestígio e de menor remuneração. As mulheres negras recebem por trabalhos iguais, até a metade do salário da mulher branca e quatro vezes menos o salário de um homem branco. É uma coisa absurda, uma discriminação e uma violência e temos que nos preocupar com toda essa discussão que fazemos no Brasil, com relação às companheiras negras.

Eu queria agradecer ao Presidente, demais, aos queridos colegas. Foram as Deputadas que solicitaram este espaço, para este momento. Sem dúvida nenhuma, estamos construindo uma sociedade melhor. Em Pequim fizemos uma conta, Bradock, que era assustadora em 95: se as mulheres continuassem crescendo na sua inserção, Deputado Jocelito, àquele percentual de 95, levaríamos quatro séculos para atingirmos a igualdade na sociedade. Não temos tempo para esperar quatro séculos. Temos que

avançar e estamos avançando e, quem sabe, as gerações futuras não precisem mais tocar nesses assuntos tão dolorosos.

Queríamos agradecer ao representante da Polícia Militar que aqui está, do Corpo de Bombeiros, e agradecer a todos que estiveram aqui e, muito especialmente, homenagear às trabalhadoras desta Casa, que são incansáveis, que têm apoiado substancialmente todas ações desenvolvidas pela Assembleia Legislativa e as companheiras também da imprensa e todos que vieram para este encontro.

Agora, vamos para o plenarinho. Todas estão convidadas para estarem lá conosco, convidados também para uma brilhante exposição da Dra. Sílvia e também do representante do Sindicato dos Jornalistas, para discutirmos a questão da mídia e mulher.

Muito obrigada Sr. Presidente, muito obrigada companheiros, obrigada nossas homenageadas e vamos continuar a discussão no plenarinho!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Queremos agradecer à Deputada Elza, Deputada Cida, Deputada Luciana e Deputada Arlete, que tiveram essa iniciativa de usar o Grande Expediente da Sessão de hoje em homenagem ao Dia da Mulher. Lembrar a todos, que além desta homenagem do dia de hoje, na segunda-feira próxima passada a Assembleia já rendeu as suas homenagens, em nome do Poder, a todas as mulheres do nosso Paraná, do Brasil e por que não dizer do Universo inteiro.

Foi um prazer muito grande recebê-las todas aqui, de uma forma muito especial, a nossa artista plástica Adriane Muller, que sobremaneira tem honrado não só as mulheres, mas tem honrado sobremaneira o Estado do Paraná, quando recebeu a premiação agora nesta semana em Brasília. E também queremos muito a presença da Dra. Sílvia Pimentel, que daqui a pouco estará proferindo uma palestra no plenarinho da Assembleia Legislativa, ela que é Vice-Presidente do comitê Cedaw, da organização das Nações Unidas e Conselheira do comitê latino-Americano e do Caribe, para a defesa dos direitos da mulher. É um prazer muito grande o Poder Legislativo tê-la recebido e sei que a senhora se sairá muito bem!

Boa palestra para as senhoras, felicidades, parabéns e para nós não é só hoje o Dia da mulher, mas o Dia da Mulher comemora-se todo dia! Parabéns e sucesso!

Queremos lembrar a todos os Deputados, que logo em seguida, daqui a um minuto, começa a Ordem do Dia.

**(Suspensa a Sessão)**

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Reabrindo os trabalhos da Sessão, queremos ainda registrar a presença, com muita alegria, da Sra. Regina

Pessuti, esposa do nosso Vice-Governador Orlando Pessuti.

Muito obrigado pela sua presença, e seja sempre bem-vinda!

### ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 39 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 002/06, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente, reivindicando conforme o artigo 1º do Decreto nº 5303, de 02 de fevereiro de 2002, devendo incluir entre os beneficiários do SAS - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores, os funcionários públicos ocupantes de cargo em comissão. **À Diretoria legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 003/06, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, sugerindo a denominação da Sala da Diretoria do Colégio Estadual Joaquim Maria Machado de Assis, do município de Santa Mariana, de Sala Professora Silvana Uzae de Souza. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 294, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, requerendo a antecipação da Sessão Ordinária do dia 09 de março (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, já que V. Exa. proclamou o resultado da antecipação da Sessão de amanhã para hoje, peço verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Já foi feita a votação e V. Exa. poderá pedir depois, na Ordem do Dia, conforme o Regimento Interno.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Está bem. Que sirva aos Srs. Deputados que não estão aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 301, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se desta Casa de Leis no dia 08 do corrente mês, para participar, representando a Assembléia Legislativa do Paraná, de diversos eventos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 544/05, de autoria do Deputado Ademir Bier, autorizando a estadualização de via asfáltica que liga a BR-277 de Tatu Jupy à Comunidade de Nova União, trecho asfáltico que liga o município de Céu Azul ao município de São Pedro do Iguaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 544/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autoriza a estadualizar a via asfáltica que liga a BR-277 de Tatu Jupy à Comunidade de Nova União, trecho que liga o município de Céu Azul ao município de São Pedro do Iguaçu.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar recursos orçamentários para a execução da presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.03.05.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 783/05, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública a Ação Social São Marcos, com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 783/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Ação Social São Marcos, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.03.05.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/05, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, autorizando o Governo do Estado a implantar Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/05, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, instituindo o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-Olímpico. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. PARECER CONTRÁRIO DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/05, de 02.05.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 243/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-Olímpico.

Em sua justificativa, o nobre Deputado espelha claramente a falta de incentivos estaduais à matéria, acarretando a perda de desportistas para outros estados e países.

Seu objetivo é mudar o estado das coisas, criando esta Lei de Incentivo.

Tal propositura vem ao encontro dos anseios da comunidade desportiva paranaense, está amparada por



legislação federal e, atentos ao que nos diz a Constituição Federal, no artigo 217, incisos II, III e IV:

*Art. 217. É dever do estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:*

...

*II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;*

*III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;*

*IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.*

Na Constituição, diz o Artigo 197:

*Art. 197. É dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um, assegurando:*

*I - autonomia das entidades desportivas e associações, quanto à organização e funcionamento;*

*II - destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador;*

*III - incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva;*

*IV - criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo;*

*V - estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização pública, habitacional e nas construções escolares;*

*VI - tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;*

*VII - equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência.*

Na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, Seção II, artigo 14, I, II, parágrafos 1º e 2º, estão contemplados no projeto através dos artigos 5º, 6º e 17º, obedecendo ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal e possibilitando as devidas inclusões orçamentárias.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbice de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua tramitação nas demais comissões desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
PROJETO DE LEI Nº 243/05

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse, pretende instituir o Programa

Estadual de Fomento e Incentivo ao Esportes Amador, Olímpico e Pára-Olímpico.

Visa o referido Programa, incentivar o desenvolvimento do desporto através de variadas ações que vão desde o recrutamento, seleção e desenvolvimento de atletas e equipes e a inserção destes em competições nacionais e internacionais; o fomento à prática desportiva pelas crianças e adolescentes em situação de risco social e aos portadores de necessidades especiais; à formação e especialização dos profissionais da área; o despertar dos cidadãos quanto a importância dos esportes; a promoção de congressos, seminários, cursos e eventos para difundir os benefícios dos esportes; até a instituição de prêmios de várias categorias para o desenvolvimento do desporto estadual.

Utiliza-se da concessão de benefícios fiscais como ferramenta à capitalização de recursos para financiamento do programas, além de outras fontes.

Sem embargo das questões legais e constitucionais, cujas discussões competem a outras Comissões desta Casa, sob a ótica educacional e desportiva, a proposta deve prosperar, isto porque, em seu bojo traz um conjunto de medidas e ações propositivas que poderão, num curto espaço de tempo, frutificar e criar condições de surgimento de centenas de milhares de talentosos atletas com possibilidades olímpicas e pára-olímpicas, além do desenvolvimento da cultura desportiva entre os cidadãos, especialmente as crianças e adolescentes.

Pelo exposto, esta Comissão opina pela regular tramitação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07.12.05.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 243/05

#### **Histórico**

O Projeto de Lei nº 243/05, de autoria do Deputado Kielse, institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Pára-Olímpico.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

#### **Fundamentação**

O projeto apresenta óbice de natureza constitucional e legal, sob o ponto de vista das finanças do Estado.

A Constituição Estadual estipula que nenhum programa poderá ser iniciado sem previsão orçamentária, conforme artigo 135, inciso I, da Constituição Estadual:

*Art. 135 - São vedados:*

*I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;*

Não obstante o custo de implantação do programa em si (que não se encontra previsto no orçamento), há que se destacar que a instituição do programa está calcada na concessão de crédito presumido de impostos, inclusive o ICMS, fato que fere a Constituição Federal.

Segundo a Constituição Federal, qualquer benefício fiscal ligado ao ICMS deve ser efetivado mediante convênio entre os Estados e aprovado pelo Confaz, nos termos do artigo 150, que assim se expressa:

*Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:*

*§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas e contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, 2º, VII, “g”.*

*Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

*II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;*

*§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:*

*XII - cabe à lei complementar:*

*g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados; (grifos meus)*

A concessão de crédito presumido é benefício fiscal, portanto, regulado pelo disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, recepcionada pelo artigo 34, parágrafo 8º do ADCT da Constituição de 1988 e Lei de Responsabilidade Fiscal.

O artigo 1º da Lei Complementar nº 25/75 assim dispõe:

*Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos dos convênios celebrados e ratificados pelos Estados e Distrito Federal segundo esta lei:*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo também se aplica:*

*I - à redução na base de cálculo;*

*II - à devolução total ou parcial direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;*

*III - à concessão de créditos presumidos;*

*IV - quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou benefícios fiscais concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação direta ou indireta, do respectivo ônus;*

*V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.*

Desta forma, os benefícios fiscais do ICMS somente podem ser concedidos mediante convênio firmado entre os Estados e o Distrito Federal. Segundo o pacto federativo previsto na Constituição Federal, o con-

vênio somente é firmado quando há concordância dos outros Estados da Federação, bem como necessita de aprovação do Confaz, pelo que, não se pode desrespeitar a Constituição Federal.

Cabe ao Deputado que propõe a lei verificar sua exequibilidade, não se podendo impor ao Estado, como já foi dito, obrigação que não possa cumprir, especialmente de cunho fiscal.

A criação de despesa continuada para o Estado bem como a concessão de incentivo fiscal devem obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal, que, segundo seus artigos 14, 15, 16 e 17, exige que o projeto seja acompanhado de estimativa do impacto - financeiro:

*Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e pelo menos uma das seguintes condições:*

*I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias*

*omissis*

*§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.*

*Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.*

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento da despesa será acompanhada de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.*

*Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

*§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.*

Com efeito, não havendo estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos para custeio do presente projeto, a proposta legislativa não pode ser aprovada por estar em desacordo com o disposto na Lei Complementar 101/2000.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 28.09.05.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 566/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Agostinho José Sartori. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 098/05, de 19.09.05).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 566/05

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei objetiva revogar a Lei nº 14.038/03, que concedeu o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Agostinho Sartori.

**Fundamentação**

Determina o artigo 1º da Lei 13.115/01:

*Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;*

*II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;*

*III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;*

*IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;*

*V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.*

Em uma primeira análise, esse requisitos foram preenchidos. Dispõe ainda, em seu artigo 2º, caput e parágrafo 1º, alterado pela Lei nº 14.677, de 06 de abril de 2005, o seguinte requisito para a concessão do título

*Art. 2º cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito do Estado do Paraná.*

*§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura;*

O limite do partido da deputada ainda não foi atingido, não havendo óbice nesse sentido ao projeto.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.05.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 334, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 566/05.

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 674/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, alterando a Lei nº 10.233 de 28 de dezembro de 1992, reduzindo e isentando os valores da Taxa Ambiental, no cadastramento do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e áreas de Preservação Permanente - Sisleg - IAP. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 120/05, de 31.10.05).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 674/05

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer tem como fim a alteração da Lei nº 10.233/92, no que tange à Taxa Ambiental, em alguns casos, reduzindo e isentando-a no cadastramento do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal legal e áreas de Preservação Permanente - Sisleg - IAP.

**Fundamentação**

Quanto à constitucionalidade de tal projeto, este resulta constitucional, pois, dispõe a Constituição Federal, do seguinte texto:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VI - florestas, caça, pesca, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

*VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;*

*VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;*

*§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.*

Ainda, na Constituição Federal, podemos transcrever:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

(...)

*VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma de lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.*

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de recursos naturais.

Portanto, tendo em vista a justificativa para este projeto de lei, que visa o incentivo à preservação das florestas, podemos afirmar que não há nenhum óbice constitucional ou legal para a aprovação do projeto em pauta.

#### Conclusão

Estando consoante o projeto, com a competência legislativa, o projeto não encontra nenhum empecilho a prosperar.

No que tange à legalidade, o projeto em questão verificou os requisitos da Lei Complementar 95/98, não havendo incoerência alguma para sua plena aplicação.

Dessa forma, o parecer é pela constitucionalidade do projeto de lei analisado.

Sala das Comissões, em 13.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, tendo em vista que provavelmente amanhã não teremos Sessão Plenária, queria comunicar à Casa, que no dia 10, sexta-feira, na Livraria Curitiba, no Shopping Barigüi será lançado o livro de História de Corrupção e Ganância, de autoria do jornalista Wilson Gazino e que tem a nossa co-participação, onde revela os bastidores da CPI do Banestado e porque o Banco gerou o prejuízo que gerou. Por que o povo do Paraná paga cinquenta e dois milhões por mês, sendo a última prestação vencendo em março de 2029? Por que o Banco do Estado gerou ao povo do Paraná dezenove bilhões de reais.

Estão todos convidados e certamente vão todos honrar com a sua presença, prestigiando o jornalista e também todos os membros da CPI do Banestado, da Assembleia Legislativa do Paraná, que não virou pizza.

#### Requerimentos

##### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 278 a 283, 285, 332 e 333, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 284 e 286, de autoria do Deputado Rafael Greca, com apoio do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 288, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 289 a 290, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 296, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 299 e 300, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 302 a 304, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 305, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 307, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 308, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 309 a 323, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 324 a 327, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 329 a 331, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

#### Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 117/05, 004, 017, 018 e 019/06.

Levanta-se a Sessão.



**DIÁRIO Nº 012****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>45</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>45</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>45</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos.....	45
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	45
Discussão / Votação:	
Discussão Única (Proposições) .	46
Requerimentos .....	49
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>49</b>

**009ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
08 DE MARÇO DE 2006**

*(quarta-feira)*

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, secretariado pelos Srs. Deputados Marcos Isfer e Neivo Beraldin.

**Presenças:**

Às dezesseis horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Rafael Greca, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (38). Achando-se

ausentes os Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ângelo Vanhoni, Durval Amaral, Hermes Fonseca, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior e Renato Gaúcho (14); e em viagem representativa o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk e a Sra. Deputada Luciana Rafagnin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme artigo 88, parágrafo 1º do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Requerimento**

REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 08.03.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 38 Srs. Deputados.

**Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Requerimento nº 335, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 1, 2, 3, 4 e 5, constantes da Ordem do Dia. **Aprovado.**

**Discussão / Votação**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da

Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Discussão Única (Proposições)***

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 117/05, veto apostado ao Projeto de Lei nº 474/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre a reversão do imóvel situado no município de Loanda. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 211/05

Curitiba, 23 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 312/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com as disposições do artigo 87, inciso VII, combinadas com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 474/05, por considerá-lo contrário ao interesse público porque, segundo informações da Fundepar, proprietária do pretendido imóvel, a objetivada construção, que ficaria ao lado de escola pública desatenderia, por sua natureza, aspectos mínimos de segurança do aluno e do corpo de servidores do Colégio Estadual Guilherme de Almeida, de Loanda.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 474/05, encontra-se publicado no DA nº 112/05, de 17/10/05, em Redação Final)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 117/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 474/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, objeto de veto do Exmo. Sr. Governador do Estado, autoriza o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do município de Loanda, de parte do imóvel situado naquele município.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

### **ITEM 02**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 004/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 303/05, de autoria do Depu-

tado Delegado Bradock, que dispõe sobre a utilização de publicidade por empresas privadas que efetuam a reforma e/ou a restauração de bens públicos móveis ou imóveis, obras públicas ou espaços situados em próprios do Estado e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 268/05

Curitiba, 28 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 383/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 303/05, por julgá-lo contrário ao interesse público porque, tal como está posto e redigido, não apresenta as necessárias condições no sentido de assegurar plena e tranqüila exequibilidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 303/05 encontra-se publicado no DA nº 133/05, de 12/12/05, em Redação Final)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 04/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 303/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, objeto de veto do Exmo. Sr. Governador do Estado, dispõe sobre a utilização de publicidade por empresas privadas que efetuam a reforma e/ou a restauração de bens públicos móveis ou imóveis, obras públicas e espaços situados em próprios do Estado e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

### **ITEM 03**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 017/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 525/05, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece em dois anos o período de alienação de veículo para utilização como táxi adquirido com benefício tributário do Governo Estadual. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O

## VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 015/06

Curitiba, 09 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 429/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 525/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão do fato de que os benefícios já assegurados aos taxistas, para compra de carros novos, são suficientes e, portanto, não comportam a pretendida ampliação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 525/05 encontra-se publicado no DA nº 146/05, de 13/12/05, em Redação Final)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 017/06

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 525/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo estabelecer em dois anos o período de alienação de veículo para utilização como táxi adquirido com benefício tributário do Governo Estadual.

### Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...)* (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

## ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 591/05, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, pertencente ao Estado do Paraná, DER, ao município de Mandaguari, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 016/06

Curitiba, 09 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 442/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 591/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante da possibilidade de o imóvel em referência vir a ser utilizado pela própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 591/05, encontra-se publicado no DA nº 102/05, de 26/09/05, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 018/06

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 591/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, pertencente ao Estado do Paraná, DER, ao município de Mandaguari.

### Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...)* (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

## ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 590/05, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, pertencente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, ao município de Mandaguari, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 017/06

Curitiba, 09 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 430/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 590/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante de possibilidade de o imóvel em referência vir a ser utilizado pela própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 590/05 encontra-se publicado no DA nº 102/05, de 26/09/05, em Projetos de Lei)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 019/06

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 590/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar doação do imóvel que especifica, pertencente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, ao município de Mandaguari.

### Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presi-*

*dente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...)* (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder à votação em bloco dos cinco vetos constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, lembrando os Srs. Deputados que forem favoráveis ao veto, votarão com a cédula SIM; os que forem contrários ao veto, votarão com a cédula NÃO.

Convido o 1º Secretário, o ilustre Deputado Marcos Isfer, para proceder à chamada dos Srs. Parlamentares.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não vai ter encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sim, se V. Exa. quiser encaminhar, tem a palavra.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de perguntar a V. Exa. se esta Casa não respeita mais os trâmites legais. V. Exa. está em processo de votação, já está acontecendo a votação, não há como fazer encaminhamento.

Com todo respeito ao Deputado Reni, nós já estamos no processo de votação, ou estamos passando por cima do nosso Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Jocelito, só quero dizer que a Presidência não colocou em discussão e nós encaminhamos direto para votação, pedimos ao 1º Secretário.

O Deputado Reni Pereira estava coberto de razão, porém declina de encaminhar os vetos.

Foi equívoco da Presidência, e nós não podemos tirar o direito de qualquer Parlamentar encaminhar qualquer proposição.

Agradeço ao Deputado Reni pelo fato de ele ter declinado.

Continua a chamada nominal dos Srs. Deputados, feita pelo nosso 1º Secretário, Deputado Marcos Isfer.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

Sr. Presidente, 34 Deputados votaram.



